

Cap. QOPM CHRISTIAN GUILHERME GOLDONI

**AS TRAVAS MORAIS DO POLICIAL-MILITAR PERANTE CONFRONTOS
ARMADOS:
UM ESTUDO DOS EFEITOS SOBRE A IMORTALIDADE DO POLICIAL, SEUS
CONFLITOS PESSOAIS E FAMILIARES SOB A ÓTICA DAS EXCLUDENTES DE
CRIMINALIDADE, NA ÁREA DO 19º BPM, TOLEDO, PR.**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Planejamento e Controle de Segurança Pública.

Orientadora Metodológica:
Professora Drª Sônia Maria Breda

Orientador de Conteúdo:
Maj. QOPM Wellington Alves da Rosa

**CURITIBA
2009**

Se perguntarem
por que morremos,
diga-lhes:
- porque nossos pais mentiram.

Rudyard Kipling/1915.
Ao saber que seu filho John
desaparecera na frente ocidental.

Ao Amigo Soldado QPM 1-0 IRIO JOSÉ ROTOLLI.

In memoriam.

Policial-militar destacado em Palotina, PR.

Onde em 04 de Abril de 2003.

No ímpeto de salvar vidas e cumprir a lei.

Foi ferido de morte.

Vindo a falecer após ser socorrido
por companheiros de trabalho.

DEDICATÓRIA

Este trabalho monográfico é dedicado aos policiais militares, que em algum momento, na esquina de suas vidas, se depararam com o inevitável e tomaram a decisão mais correta.

“Meu amor, você é forte e vai ser feliz. Amo muito você e as crianças. Hoje e amanhã, deixe cada dia fluir. Continue sorrindo e nunca desista, mesmo quando tudo der errado. Por fim, meu amor, essa noite, coloque as crianças na cama com carinho. Diga a elas que eu as amo. Abrace-as por mim e... dê a elas um beijo pelo papai.”
Sargento de Primeira Classe Randy Shughart – Ao ligar para sua esposa e deixar mensagem na secretária eletrônica na sua residência em 03 Outubro 1993. Morto em serviço cerca de quarenta minutos depois.

À Minha filha e esposa: ANA SOFIA e SOLANGE

Minhas sinceras desculpas por tudo o que vocês passaram e sofreram durante minhas ausências, sejam elas pela contingência do serviço operacional de policial militar ou pelos deslocamentos ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e meu muito obrigado por serem os meus sustentáculos.

O MILITAR

“Senhor, umas casas existem, no vosso reino onde homens vivem em comum, comendo do mesmo alimento, dormindo em leitos iguais. De manhã, a um toque de corneta se levantam para obedecer. De noite, a outro toque de corneta se deitam, obedecendo. Da vontade fizeram renúncia como da vida. Seu nome é Sacrifício. Por ofício desprezam a morte e o sofrimento físico. Seus pecados mesmos são generosos, facilmente esplêndidos. A beleza de suas ações é tão grande que os poetas não se cansam de celebrar. Quando eles passam juntos, fazendo barulho, os corações mais cansados sentem estremecer alguma coisa dentro de si. A gente conhece-os por militares...”

Corações mesquinhos lançam-lhes em rosto o pão que comem; como se os cobres do pré pudessem para a Liberdade e a Vida. Publicistas de vista curta acham-nos caros demais, como se alguma coisa houvesse mais cara que a servidão. Eles, porém, calados, continuam guardando a Nação do estrangeiro e de si mesma. Pelo preço de sua sujeição eles compram a liberdade para todos e defendem da invasão estranha e do jugo das paixões. Se a força das coisas os impede agora de fazer em rigor tudo isto, algum dia o fizeram, algum dia o farão. E desde hoje, é como se fizessem. Porque por definição o homem da guerra é nobre. E quando ele se põe em marcha, à esquerda vai a coragem, e à sua direita a disciplina.”

(Trecho da carta escrita por Moniz Barreto, em 1893, publicada no Jornal do Exercito de Portugal, nº 306).

AGRADECIMENTOS

Oração de Um Infante:
Dai-me, senhor meu Deus
o que vos resta;
Aquilo que ninguém vos pede.
Não vos peço o repouso,
nem a tranqüilidade;
Nem da alma, nem do corpo;
Não vos peço a riqueza;
Nem o êxito nem a saúde;
Tantos vos pedem isso, meu Deus,
que já não vos deve
sobrar para dar.
Dai-me, senhor, o que vos resta.
Dai-me aquilo que todos recusam.
Quero a insegurança
e a inquietação;
Quero a luta e a tormenta.
Dai-me isso, meu Deus,
definitivamente;
Dai-me a certeza de que essa
será a minha parte para sempre;
Porque nem sempre terei
a coragem de vô-la pedir;
Dai-me, Senhor, o que vos resta;
Dai-me aquilo
que os outros não querem;
Mas dai-me, também, a coragem,
a força e a fé.
Oração encontrada por um General Francês
No bolso de um soldado morto em ação.

Agradeço ao Grande Arquiteto do Universo, que é Deus, por sempre ter me guiado e protegido nas intempéries da vida operacional e na dádiva que é a vida nossa do dia-a-dia.

Aos meus pais, Cleante e Maria, os quais me ensinaram, cada qual a sua moda e jeito, o primeiro a ser um profissional ético e exemplar e a segunda em ter correção de atitudes e moral elevada.

Aos meus irmãos Marcello e Marcos, pessoas que me apoiaram sempre nos momentos mais difíceis de minha vida e em especial a minha irmã caçula Lilian, com seu jeito amoroso e cativante sempre trazia uma palavra de conforto e alívio.

Aos meus superiores hierárquicos, que me orientaram corretamente, aos meus iguais pela tolerância durante minhas ausências e aos meus subordinados pelo incentivo a seguir em frente.

Ao meu Ex-Comandante do 6º Batalhão PM, Ten.-Cel. QOPM Borges, grande estrategista militar e homem de visão; Amigo e Irmão, que desde os tempos de Tenente, orientava e conversava conosco, mostrando o correto caminho a ser seguido, quando este Oficial era um inexperiente Aspirante a Oficial, inspirando-nos e motivando-nos.

Ao meu Orientador Monográfico, Maj QOPM Wellington, Irmão e amigo desde os tempos de Tenente, quando servimos juntos em operações no extremo oeste, trabalhando nas primeiras patrulhas-rurais e na instalação do 19º BPM em Toledo; Que com sua conversa amigável e acolhedora nos orientava a como proceder nas diversas situações que enfrentamos na vida em caserna.

Ao meu Comandante no 19º BPM, Ten.-Cel. QOPM Péricles, amigo e Irmão de Infantaria, homem com o qual tive o orgulho de servir nas adversidades do serviço operacional e se ver sob fogo marginal, momento em que com dedicação e treinamento levamos dez homens sob nossos comandos para a zona da morte, vimos juntos a senhora morte passear por entre nós, e de lá, com a ajuda do nosso Senhor Deus, os trouxemos, salvos e com vida, juntamente com outras sete pessoas, mulheres e crianças, todas vítimas e reféns de marginais. Nosso muito obrigado pelo convite e pela oportunidade concedida para poder servir sob vosso Comando mais uma vez.

A todos os policiais-militares que por meio de suas ações e situações vividas me motivaram a essa pesquisa.

UM TRIBUTO AOS POLICIAIS

Quando erram, nós não os perdoamos,
somos, freqüentemente, implacáveis com eles.

Até que, num fim de semana trágico,
vislumbramos o que seria de nós sem a polícia.
Aos mortos, e aos vivos, o Fantástico faz um tributo.

Eles são a linha de frente da democracia.

Para além de manter a ordem,
sua função é garantir nossa liberdade.

Há coisas que consideramos certas,
como o ar que se respira,
e que só valorizamos quando as perdemos:

como a saúde, a liberdade, a vida.

É fácil criticá-los, são eles que morrem por nós.

Num fim de semana, trinta e cinco se foram.

Dia das mães, dia do enterro dos filhos.

Policiais civis... Militares... Um bombeiro!

O nome oficial é agente do estado,

mas desde crianças,

aprendemos a chamá-lo de "seu guarda".

Guardam. Vivem, e morrem, para nos guardar.

Quem sabe,

essa tragédia não seja a oportunidade

que nos faltava para refletir sobre

esses homens e mulheres,

que por tão pouco soldo,

protegem algo muito frágil, delicado:

a construção do Brasil.

Sua principal arma não é de fogo,
nem branca, é letra, palavra:
o nome da lei.

Texto de Pedro Bial,
homenagem do Fantástico
aos policiais, em especial aos
mortos e feridos pelo PCC
em 14 de maio de 2006.

Dedico este TCC a todos os homens e mulheres da Classe dos Militares, Policiais, Bombeiros e suas famílias e em especial àqueles que comigo serviram, sob sol ou chuva, sob a adversidade do fogo marginal e na alegria de ver a missão final bem cumprida.

A todos os amigos e Irmãos do CAO/2008-2009, capitães de diversos orientes do Paraná e São Paulo, pessoas que antes nunca haviam freqüentado juntos a mesma sala de aula e que unidos pelos laços da igualdade e da fraternidade tornam-se a cada dia homens livres, unindo-se num ideal de esforços para construir um futuro melhor para nossos sucessores dentro da Polícia Militar.

Aos amigos e inseparáveis Irmãos de alojamento, Capitães Teixeira, Waltrick e Davies, companheiros inseparáveis, suportamos juntos a distância do aconchego familiar e superamos, com muito humor e alegria, os sofrimentos impostos a nós no dia-a-dia do caminho ao sucesso dentro do CAO, juntamente com os vizinhos de alojamento os Irmãos e amigos Capitães Dolenga, Getúlio e Hideo. O conhecido Grupo Oeste.

Aos Professores Orientadores, Ten.-Cel QOPM Mirian Biancolini Nóbrega, Ten.-Cel QOPM Nilson Carlos Rosa e Dr^a Sonia Maria Breda, pessoas que se dedicaram ao máximo em nos orientar, sempre dispostos e presentes. Obrigado.

A todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento dessa pesquisa.

*“Alistando-me soldado,
na Polícia Militar do Estado,
prometo:
regular minha conduta pelos preceitos da moral;
respeitar os meus superiores hierárquicos;
tratar com afeto os meus companheiros de armas;
e com bondade aos que venham a ser meus subordinados;
cumprir rigorosamente as ordens das autoridades competentes;
e dedicar-me inteiramente ao serviço do Estado e de minha Pátria,
cuja honra,
integridade e instituições,
defenderei com o sacrifício da própria vida.”*

Juramento à Bandeira Nacional prestado pelo Soldado da Polícia Militar do Paraná

Artigo 49 da Lei 1.943, 23 de junho de 1954, Código da Polícia Militar do Paraná

LISTA DE SIGLAS

021	- Louco, maluco
7650	- Bêbado, Alcoólatra
AISP	- Área Integrada de Segurança Pública
APMG	- Academia Policial Militar do Guatupê
BPM	- Batalhão de Polícia Militar
CAP	- Capitão
CEL	- Coronel
CeTePM	- CeTePM – Centro Terapêutico da Polícia Militar do Paraná
CIAF	- Curso de Instrutores de Armas de Fogo
CMT	- Comandante
CV	- Comando Vermelho
DE	- Diretoria de Ensino
DIA	- Divisão de Infantaria Aerotransportada
DP	- Diretoria de Pessoal
EUA	- Estados Unidos da América
I.D.A.	- Identificar, Decidir e Agir
IPM	- Inquérito Policial Militar
MAJ	- Major
OPM	- Organização Policial Militar
PCC	- Primeiro Comando da Capital
PM	- Polícia Militar ou Policial-militar
PMPR	- Polícia Militar do Paraná
PMRR	- Policial Militar da Reserva Remunerada
PPMM	- Policiais-militares
PR	- Paraná
PROAAR	- Programa de Avaliação e Acompanhamento de Policiais Militares Envolvidos em Ocorrências de Alto Risco
QOPM	- Quadro de Oficiais Policiais-militares
QPM 1-0	- Quadro Policial Militar – PM Masculino
RIP	- Regimento de Infantaria Paraquedista
ROTAM	- Rondas Ostensivas Tático Móvel

RR	- Reserva Remunerada
SAS	- Serviço de Atendimento social
SD	- Soldado
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso
TEN	- Tenente
TEN.-CEL.	- Tenente-Coronel
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
V.I.D.A.	- Verificar, Identificar, Decidir e Agir
VP	- Viado Puto

RESUMO

Discorre sobre as travas morais do policial-militar perante os confrontos armados, na área do 19º BPM. Objetiva mostrar a necessidade de descentralização de centros de apoio especializados para o atendimento a policiais-militares que sofrem danos psicológicos decorrentes de confrontos armados. A PMPR tem por função primordial o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Os seus integrantes são denominados Militares Estaduais. Neste sentido, alguns dos pressupostos que norteiam os serviços da Polícia Militar são salvar vidas e cumprir a lei. Dessa forma, observa-se que nos serviços diários o policial-militar se vê frente a diversos tipos de ocorrências e adversidades decorrentes destes casos. O Policial Militar a todo o momento se vê obrigado a fazer escolhas baseadas na sua capacitação formal e na educação familiar, ocasionando conflitos de ordem legal, moral e religiosa que podem afetar suas ações no atendimento à população. Estes problemas que afetam as decisões e a saúde mental dos policiais-militares praticamente são os mesmos em todo o território paranaense, guardadas as devidas proporções, assim sendo, a contribuição deste trabalho é indicar o caminho a ser adotado pelos comandantes imediatos ou de grandes comandos, para prevenir e evitar o surgimento nos policiais-militares destes conflitos/transtornos emocionais e de conduta no desempenho de suas funções e que por conseguinte refletem direta ou indiretamente no seu cotidiano.

Palavras-chave: Travas Morais. Confrontos Armados. Policiais-militares. Conflitos/transtornos.

Summary

Discusses the dilemmas faced by the military police officer before armed clashes in the jurisdiction of the 19th Battalion. It proposes to substantiate the need for decentralization of support centers for specialized care for military police officers who suffer psychological injuries resulting from armed clashes. The PMPR has the primary function of patrolling and maintaining public order. Its members are called State Military Force. In this sense, one of the assumptions that guide the services of the Military Police are to save lives and enforce the law. Thus, it is observed that every day the military police officer is faced with conflicting types of events and the adversities that result from these cases. The Military Police man is forced to make choices based on his formal training and upbringing, which leads to legal, moral and religious conflicts that may affect their actions in serving the public. These problems, which affect the decisions and mental health of military policemen are prevalent throughout the Paraná. This paper aims at making a contribution to this problem, in proposing a path to be followed by the immediate commander or major command, to prevent and avoid the conflict /emotional and behavioral disorders in the military policemen's performance, which directly or indirectly reflected in their daily lives.

Keywords: Moral dilemmas. Armed clashes. Military Police. Conflicts / disorders.

RESUMEN

Describe los dilemmas que enfrenta el Oficial de la Policía Militar delante los enfrentamientos armados en la jurisdicción del 19º Batallón. Esta investigación se propone a justificar la necesidad de descentralización de los centros de apoyo para la atención especializada a los Policías Militares que sufren daños psicológicos como consecuencia de los enfrentamientos armados. La PMPR tiene la función primordial de patrullar y mantener el orden público. Sus miembros son llamados Militares del Estado. En este sentido, algunas de las normativas que direccionan los servicios de la Policía Militar son salvar vidas y hacer cumplir la ley. Así, se observa que en el cotidiano del Policía Militar él se enfrenta a varios tipos de eventos y las adversidades que se derivan de estos casos. El Policía Militar en todo momento se ve obligado a tomar decisiones basadas en su formación formal y la educación familiar, causando conflictos legales, morales y religiosos que pueden afectar a sus acciones en la atención al público. Estos problemas que afectan a las decisiones y la salud mental de los Policías Militares son prácticamente los mismos en todo el Paraná, en la debida proporción. Por lo tanto, esta investigación pretende aportar una contribución a la solución de este problema al proponer un camino a ser adoptado por el comandante inmediato o mando principal, para prevenir y evitar la aparición de estos conflictos militares y de los trastornos emocionales y de conducta en el ejercicio de sus funciones y, por lo tanto, directa o indirectamente se refleja en su vida cotidiana.

Palabras clave: dilemas morales, los enfrentamientos armados, Policía Militar, Conflictos/trastornos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 PROBLEMATIZAÇÃO	17
2.1 A TOMADA DE DECISÃO DO POLICIAL E SUA IMAGEM NA CORPORAÇÃO	18
2.2 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	20
2.3 PROBLEMA	21
3 OBJETIVOS	22
3.1 OBJETIVO GERAL	22
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	22
4 REFERENCIAL TEÓRICO	23
4.1 POLICIA MILITAR	23
4.2 O RECÉM-CRIADO 19º BATALHÃO DE PÓLÍCIA MILITAR	29
4.3 FAMÍLIA, RELIGIÃO E EDUCAÇÃO = TRAVAS/FREIOS MORAIS	31
5 METODOLOGIA	53
5.1 MÉTODO	53
5.2 TIPO DE PESQUISA	53
5.3 PÚBLICO ALVO	53
5.4 AMOSTRA	53
5.5 INSTRUMENTOS	53
5.6 PROCEDIMENTOS PARA COLETAS DE DADOS	54
6. ANÁLISE DOS RESULTADOS	55
7 CONCLUSÃO	68
REFERÊNCIAS	72
APÊNDICES	77
ANEXOS	78

1 INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado constitui-se em uma tentativa de mostrar uma realidade escondida dentro dos homens e mulheres que compõem a Polícia Militar, desta forma, é um esforço para poder subsidiar comandantes nas suas decisões quanto ao correto encaminhamento destas pessoas para avaliações médico/psicológicas.

O policial-militar em seu cotidiano vivencia situações extremas, desde o atendimento simples de uma ocorrência envolvendo o ato de prestar informações a uma pessoa perdida (assistência social), como também pode no atendimento de uma determinada ocorrência, simples ou não, ver-se obrigado a fazer uso de força letal, o que pode causar a morte de um outro ser humano ou até mesmo correr o risco do sacrifício extremo, em que terá que dar sua vida para que outra possa viver.

O foco desta pesquisa é verificar se o policial-militar desenvolve comportamentos atípicos decorrentes destas travas morais no desempenho de suas funções, refletindo no convívio familiar e no âmbito profissional, bem como verificar se este procura ou é encaminhado a tratamento adequado, via comando da PMPR, sempre visando a seu bem-estar.

2 PROBLEMATIZAÇÃO

A Polícia Militar do Paraná tem por função primordial o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Sendo constitucionalmente considerada Força Auxiliar e Reserva do Exército Brasileiro, integrando a Defesa do Estado e das Instituições Públicas, fazendo parte do Sistema de Segurança Pública do Brasil. Os seus integrantes são denominados Militares Estaduais. Tudo conforme previsto nas Constituições Federal e Estadual.

Assim, considera-se que a imagem de uma instituição é o seu maior patrimônio, sendo que os homens e mulheres que a compõem são os verdadeiros precursores para a manutenção deste patrimônio; dessa forma, a PMPR cresceu e evoluiu e está atualmente voltada aos anseios da comunidade paranaense, garantindo a paz e a proteção da sociedade, estando presente em todos os municípios do Paraná.

Neste sentido, Gronroos, na sua obra de marketing aplicado a serviços, diz que:

Imagem que é importante para a administração. A imagem causa um impacto interno sobre funcionários bem como um impacto externo sobre clientes. Quanto menos clara e distinta for a imagem, mais isso pode afetar as atitudes dos funcionários em relação a organização como empregadora, o que por sua vez, pode ter uma influência negativa sobre o desempenho do profissional e, assim, sobre os relacionamentos com clientes e a qualidade. Por outro lado, uma imagem positiva, digamos, de uma empresa cujo serviço é excelente, comunica valores claros internamente e, desse modo, pode reforçar atitudes positivas em relação à empresa entre seus funcionários. Essa empresa também atrai facilmente bons profissionais. (GRONROOS, 2003, p.364)

Dessa forma, a imagem da Polícia Militar, representada no extremo oeste paranaense pelo recém-criado 19º Batalhão de Polícia Militar, nominado Capitão RR JOÃO ALVES DA ROSA FILHO, em homenagem ao famoso historiador da PMPR "Capitão Rosinha". O 19º BPM desenvolve e desempenha as funções constitucionais previstas para a PMPR nesta região do extremo oeste do Estado e é representada por esta parcela de milicianos que ali desenvolvem seus serviços diuturnamente nos municípios que compõem sua circunscrição.

Esta imagem institucional repassada à comunidade local, pelos bons serviços prestados pelos seus componentes, torna-se forte e serve como proteção própria. Problemas ocasionais e de baixa repercussão são tolerados pela comunidade devido a este efeito de escudo protetor que é repassado pela imagem institucional,

desde que devidamente tratados e se possível solucionados a curto e médio prazos, evitando-se desgastes institucionais.

A imagem da instituição sempre é colocada em xeque quando surgem situações de maior complexidade, no caso aqui tratado nas situações de confronto armado, o funcionário militar estadual se vê diante de inúmeras variáveis, que lhe obrigam a uma tomada de decisões rápida e que poderá influir na sua imagem e na imagem da instituição.

As situações de confronto armado sempre são questionadas seja pela sociedade ou pelos seus órgãos representativos desta, pois as ações decorrentes das atitudes tomadas pelo policial-militar naquele momento único, em que vidas estão em jogo, faz com que ele mergulhe num vértice de pensamentos e questionamentos íntimos, que se não forem devidamente elaborados e tratados, poderão surgir problemas físicos ou mentais no profissional de segurança pública, refletindo diretamente na imagem pessoal do operador de segurança pública e na imagem institucional da PMPR.

2.1 A TOMADA DE DECISÃO DO POLICIAL E SUA IMAGEM NA CORPORAÇÃO:

Após anos de governos militares e com a assunção de um governo democrático transitório, foi em 1988 promulgada uma nova Constituição Federal no Brasil, chamada de Constituição Cidadã, a qual resgatou a participação da sociedade no novo regime democrático.

Embora ocorresse a transição do citado regime ditatorial pró-regime democrático, infelizmente, a PMPR e outras polícias militares do Brasil, trouxeram o estereótipo, ou melhor dizendo, a imagem de que seus componentes eram violentos e truculentos, tudo conseqüência do seu emprego constante no controle de manifestações populares.

Desta forma, a sociedade tinha a visão da Polícia Militar como um órgão estatal repressor, tendo pouca ou nenhuma visão de uma instituição voltada para a segurança desta sociedade sedenta de anseios.

Os jovens policiais-militares formados, até o início da década de 1990, que adentravam as fileiras da corporação eram advindos do próprio seio desta

sociedade, homens e mulheres de diversas origens e etnias, mas em sua grande maioria composta de pessoas de origem humilde, que buscavam na polícia um ideal de carreira e de vida, muito além de ser apenas uma forma de garantir um sustento para sua família.

Gradativamente com novos parâmetros de seleção, incluindo aí reformulações no currículo de formação, seja na Escola de Formação de Oficiais, seja nas Escolas de Formação de Praças, o público interno tornou-se mais seletivo e instruído, tornando este profissional mais adequado aos modernos tempos de padrão humanitário. Propiciando uma elevação na qualidade do atendimento prestado ao público alvo que é a nossa população brasileira, inclusive aos turistas que visitam a região.

Porém, os problemas que afetam as decisões e a saúde mental de nossos policiais-militares, em especial neste caso, os que servem na área do 19º Batalhão PM sediado em Toledo, PR, no extremo oeste paranaense. Tais problemas de saúde mental, citando como exemplo o “estresse pós-trauma”, são os mesmos que afetavam os policiais de antigamente e continuam a afligir os atuais efetivos policiais, sendo que podem surgir a qualquer momento no dia-a-dia do serviço operacional/administrativo, refletindo diretamente na prestação de serviço à comunidade.

Os policiais-militares, sejam eles Oficiais, com a habilidade que possuem de superar este momento de crise, que é o enfrentamento com uso de força letal, superando ímpetos pessoais, próprio e de seus homens, os conduzindo de forma exemplar neste momento crucial de suas vidas, pois o treinamento oferecido para ele e por ele a seus homens, faz com que a equipe se mantenha coesa e superem a dificuldade imposta, preservando vidas ao máximo permitido naquele momento crucial.

Bem como a decisão tomada pelas Praças, no momento de uma abordagem, infelizmente com desfecho fatal, tem que ser coerente e dentro dos princípios éticos, morais, da razão e, principalmente, imbuídos da legalidade de seus atos. Eles foram orientados e instruídos para que ao atenderem a uma ocorrência façam o melhor possível e o que está ao alcance destes, preservando o ambiente, procurando as evidências comprobatórias relacionadas ao evento e mantendo a calma reinante, buscando cada um cumprir bem a missão que lhe foi atribuída. Principalmente, visando a bem estar e a integridade física de todos os envolvidos em especial a dos

seus opositores, sendo sempre bem orientados e conduzidos pelo policial mais antigo presente.

A tomada de decisões, num momento de confronto extremo, compete somente àqueles que estão ali, naquele momento crítico, pois uma decisão mal tomada poderá, com certeza, render em mais vítimas ou fatalidades, as quais estes homens procuraram evitar com suas decisões. Neste caso em específico, com compressão de tempo e sobre estresse e pressão, que naquele momento, conforme juramento prestado na sua incorporação às fileiras da polícia: “MESMO QUE COM O SACRIFÍCIO DA PRÓPRIA VIDA”, poderia lhes custar seu bem mais precioso, se for o caso, eles tem que tomar a melhor decisão possível, mesmo que implique em perder a própria vida em detrimento de outra.

2.2 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Pelo exposto acima, analisando o histórico da imagem que a população tinha da Polícia Militar e hoje pela atual formação dada a estes homens e mulheres que compõem os efetivos da gloriosa PMPR, privilegiando o respeito às normas legais e aos direitos dos cidadãos.

Com a reformulação dos currículos escolares das escolas de formação da polícia, principalmente após a implantação da Constituição de 1988, surgiu uma nova visão humanitária, que além de observar o público atendido pelos policiais, vislumbrou a necessidade de também olhar o público interno, pois é sabido que este, estando bem atendido e com saúde plena, com certeza, estas atitudes refletirão num melhor atendimento a população em geral.

Embora, com todos os esforços despendidos pela corporação, não raras as vezes, são observadas críticas na imprensa, críticas sobre a atuação e a eficiência da polícia, então, na busca de rebater tais situações e comentários, a corporação procura demonstrar para a sociedade em geral a outra face dos fatos, combinado com ações que visam solucionar eventuais falhas existentes na instituição.

Assim, a corporação, de forma tímida implantou um sistema de atendimento voltado à saúde mental do policial, localizado na cidade de Curitiba, PR, porém é observada aí a dificuldade de deslocamento dos policiais do interior para a capital,

ficando longe de seus familiares, visto a nova doutrina de atendimento à saúde mental, para que o atendido seja liberado para o convívio familiar, de forma diferente de outrora, quando por muitas vezes era internado a força.

Desta forma, a contribuição deste trabalho é indicar o caminho a ser adotado pelos comandantes imediatos ou de grandes comandos para prevenir e evitar o surgimento nos policiais-militares destes conflitos/transtornos emocionais e de conduta no desempenho de suas funções e que, por conseguinte, refletem diretamente ou indiretamente no seu cotidiano.

Este trabalho tem o objetivo de mostrar a necessidade de implantação de centros de apoio especializados nas subunidades do interior paranaense, para atendimento sócio-psicológico preventivo a policiais militares que sofrem danos psicológicos em decorrência de confrontos armados.

2.3 PROBLEMA

Diante do quadro exposto, este trabalho questiona:

Quais são as travas morais do policial-militar em situação de confronto armado? Este necessita de acompanhamento especializado na área de saúde mental, pós-confronto?

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Pesquisar, junto aos policiais-militares, a existência de travas morais no momento do confronto armado, bem como a necessidade de descentralização de centros de apoio especializados para o atendimento a policiais-militares que sofrem danos psicológicos decorrentes de confrontos armados.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- a) Avaliar o atual sistema de atendimento e apoio especializado ao policial-militar que apresentam problemas decorrentes de conflitos armados.
- b) Identificar o número de policiais que entraram em confronto(s) armado(s) nos anos de 2007, 2008 e 2009 prestando serviço na área do 19º BPM, Toledo.
- c) Identificar o número de policiais que após confronto armado apresentaram conflitos/transtornos emocionais.
- d) Categorizar os tipos de problemas que afetam a saúde mental dos policiais-militares paranaenses da região de Toledo.
- e) Identificar o número de policiais que foram encaminhados para tratamento especializado dentro da Corporação decorrente de conflitos/transtornos emocionais dentro Corporação.
- f) Identificar o número de policiais que após confronto armado foram atendidos por serviço especializado oferecido na corporação.
- g) Examinar as travas morais existentes no âmbito da conduta do policial-militar.
- h) Examinar as excludentes de criminalidade na conduta do policial-militar.
- i) Recomendar melhorias no atual sistema de atendimento a policiais envolvidos em conflitos armados.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 POLÍCIA MILITAR

Desde os primórdios da formação da sociedade humana, os indivíduos sempre buscaram uma forma de organização que lhes assegurasse alimento e segurança. Na pré-história, tal organização era basicamente sexual, ao homem cabia alimentar e proteger o grupo e as mulheres, manter a caça e cuidar da prole, além de também assegurar a tranquilidade destes durante os períodos em que os machos buscavam alimento.

Com a evolução humana o homem passou de uma forma de organização primitiva comunal para um sistema de propriedade privada e de comércio de mercadorias, etc. Nesse novo contexto o grupo por si só não mais consegue regular e conter os indivíduos em seus conflitos, paixões e/ou ambições, já que com a descoberta da individualidade cada ser humano responde de maneira diferente a cada situação ou fato, conforme estímulos internos e/ou externos recebidos.

Dessa relativa impotência do grupo surge uma nova forma de organização social, com um mecanismo denominado Estado, que é criado com o intuito de manter a harmonia entre os homens bem como assegurar-lhes segurança e proteção coletiva e individual, visto que, por meio das normas reguladoras de convivência existentes, basicamente tudo era resolvido por meio da força, prevalecendo a lei do mais forte, a convivência harmoniosa estava fugindo ao controle.

O Estado, por sua vez, evocou para si a autoridade de punir e tornou-se o principal responsável pela segurança social, ou seja, cabe a ele em seu papel de organizador da sociedade, além da garantia das necessidades básicas da população – Saúde, Educação, Trabalho, etc., – também garantir a sua segurança.

Sendo assim, são criados organismos de proteção que aos poucos foram se adaptando e ajustando às necessidades, transformando-se então nos órgãos de segurança, está aí o embrião dos órgãos de segurança atuais.

No Brasil as Polícias Militares são formadas em consonância com a Constituição de 1988 a qual diz que:

“Art. 144. A segurança pública, dever do estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

...

§ 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumem a execução de atividades de defesa civil. “

Partindo dessa premissa, as Polícias Militares possuem como competência Constitucional a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. Sendo assim, desde que a sociedade decidiu viver em grupos a atividade de polícia tornou-se uma necessidade básica, natural, sendo uma ferramenta necessária à aplicação da lei e da justiça, cujo papel do órgão policial é imprescindível.

Portanto a polícia é para a sociedade, e a seus membros cabe zelar pelo seu progresso, pelos bons costumes, bem-estar e tranquilidade geral dos cidadãos, visto que toda e qualquer ação da instituição, é ou torna-se de conhecimento público e, portanto, passa pelo crivo destes.

A opinião pública é nos dias de hoje uma das grandes forças da coletividade, faz e desfaz ídolos, desmistifica fatos, levanta e derruba governos, e também prestigia ou prejudica a imagem de Instituições como a Polícia Militar.

Por isso, a divulgação dos serviços prestados à comunidade deve estar voltada à aproximação da Instituição com os diversos segmentos da sociedade, levando ao conhecimento do público seus aspectos históricos, ideológicos, culturais, conduta administrativa e operacional, estrutura organizacional e formação acadêmica. É nesse contexto que a imprensa tem um papel fundamental, atuando como uma via de mão dupla, que, ao passo que leva a informação para a comunidade, traz ao Estado e à Instituição os aspectos positivos e negativos das suas ações, bem como, os anseios da população em relação aos serviços prestados.

No cenário nacional este feed back entre Polícia Militar e sociedade fez com que as Instituições assimilassem uma nova realidade em que a existência destas é posta em cheque, sendo questionada sua funcionalidade em corresponder e atender as necessidades dos cidadãos, em uma tela em que o emprego dos recursos humanos e materiais nas atividades executadas pela PM é insuficiente em detrimento à sensação de segurança que é preciso ser causada na população. Isto

porque uma das principais características do convívio em sociedade esta pautada na necessidade individual e coletiva de se ter os anseios atendidos de maneira satisfatória.

Tendo por objetivo então o atendimento a esses clamores, a própria Instituição vê-se em face de muitos questionamentos, pergunta-se “se realmente está cumprindo o papel que se propõe”.

De antemão pode-se dizer que não, pois o aumento exacerbado da criminalidade, em suas mais diferentes modalidades e graus de violência, traz à tona a realidade que a sensação de falta de segurança está cada vez maior.

E importante destacar aqui que o público interno também sofre as conseqüências dessas mudanças, hoje temos policiais com sérios problemas físicos, morais, psicológicos e legais em face de enfrentamentos diretos com criminosos, que por inúmeras vezes vidas são ceifadas, ora de meliantes ou vítimas, ora de próprios milicianos.

Retomando a idéia do surgimento e formação dos organismos de defesa, na forma de subgrupos sociais que têm por finalidade garantir o bem-estar social, no âmbito federal, a Policia Militar teve origem no seio da colonização portuguesa, pois Portugal transplantou para seus novos domínios não apenas costumes e crenças, mas também a suas formas de organização institucional.

No século XVI, nas Capitanias Hereditárias surgiram as primeiras forças pagas, com características de organizações militares, as quais embora não muito rígidas, eram comandadas por um “mestre de campo” que tinha por missão manter a ordem e garantir a defesa das vilas e das comunidades, contra quaisquer ações internas ou externas.

Posteriormente por Carta Régia, em 20 de janeiro de 1699, foram criados os Terços de Ordenanças para o interior do país, que tinham como missão auxiliarem a Justiça e a Fazenda Pública, além das atribuições normais das Forças Armadas.

De certa forma, isso já as caracterizava como órgãos policiais.

Após 1808, durante o Reino Unido, juntamente com a chegada da família Real ao Brasil, veio também a necessidade da criação de um organismo policial estruturado, que deveria principalmente ser encarregado do serviço de policia na Capital, serviço este, defesa territorial e segurança exercido cumulativamente até então pelas Forças Armadas.

Em 10 de maio de 1809, foi criada a Intendência Geral de Polícia da Corte, e, logo após, em 13 de maio, a Guarda Real de Polícia, que originou a atual Polícia Militar do Distrito Federal.

Durante o período e após a Proclamação da Independência, inúmeros acontecimentos agitavam o cenário político nacional, acontecimentos estes que culminaram em grande insatisfação da nação, o que exigia a implantação de medidas imediatas e eficazes.

Como Pernambuco e Bahia eram as Províncias mais agitadas, foram instituídos em 1825, os corpos de Polícia Pernambucano e Baiano, porém nas demais províncias a desordem a agitação perdurava, o que exigia medidas similares.

Devido a isso, em 14 de julho de 1831, o regente Diogo Antonio Feijó, por meio de decreto autorizou a criação de Guardas Municipais Permanentes de Voluntários nas demais províncias, cabendo aos governos a responsabilidade por sua organização, pagamento e nomeação de oficiais.

Posteriormente, na medida em que os Estados se estruturavam, foram criando seus órgãos policiais, que ao longo dos tempos receberam diversas nomenclaturas, como Guarda Municipal Permanente, Força Pública Estadual, Força Policial, Brigada Militar e por fim Polícia Militar.

As Forças Policiais passaram definitivamente a ser força reserva do Exército em 1917 através da lei nº 3.216, a Constituição de 1934 referiu-se pela primeira vez as Polícias Militares, e seu texto dizia que:

"Art.167 – As Polícias Militares são consideradas reservas do Exército e gozarão das mesmas vantagens a este atribuídas quando mobilizadas ou a serviço da união."

Nas constituições seguintes, sempre seus legisladores dedicaram alguns capítulos às Polícias Militares, objetivando o aprimoramento de suas definições no que tange sua competência e finalidade dentro do contexto social e político da nação. Aos Estados competia por meio de leis próprias, complementar e adaptar a Instituição as singularidade de cada um.

A Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, no Art. 144, § 6º, enuncia:

"Art.144, § 6º – As Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, forças auxiliares e reservas do Exército, subordinam-se, juntamente com as

Polícias Cíveis aos Governadores dos estados, do distrito Federal e dos Territórios."

Pode-se ver com isso que a União sempre tem denotado especial atenção às Polícias Militares, inclusive sendo estas, objetos tratados na Carta Magna da nação.

A história da Polícia Militar do Paraná se confunde com a história do próprio Estado. Criada em 10 de Agosto de 1854, como Companhia da Força Policial, pelo presidente da nova Província, Zacarias de Góes e Vasconcelos que nomeou o Capitão de 1ª Linha do Exército Imperial, Joaquim José Moreira Mendonça, para organizar a Corporação, que seria composta por 67 homens.

A recém-criada força teve então uma honrosa participação em episódios que marcaram o cenário nacional, combatendo na Guerra do Paraguai em 1865, Revolução Federalista em 1893 e na Guerra do Contestado em 1913, entre outras.

Em 18 de julho de 1962, foi criada a Assistência Social da PMPR, na cidade de Curitiba, PR, no Comando do Cel. Orlando Xavier Pombo, recebendo o nome de Cruzada Social Cosme e Damião, inicialmente formada por esposas de oficiais que objetivavam ajudar os militares carentes.

Com a publicação da Portaria nº. 610, de 14 de junho de 1983, o Serviço Social desvincula-se da Cruzada Social e é subordinado à Diretoria de Pessoal. Esta é a origem do Serviço Social, que advém da Cruzada Social Cosme e Damião que, de forma paralela, funcionava e auxiliava-o na elaboração de seus objetivos para bem assistir os policiais militares e bombeiros militares, bem como seus familiares.

O Serviço Social possui um estatuto com atribuições e finalidades de orientar, estimular, promover, e executar atividades que venham a oferecer o bem-estar social aos policiais-militares da ativa e da reserva, independente de graduação, bem como, de seus dependentes.

Estas atribuições visam à integração nas relações sociais e têm como objetivo maior produzir mudanças de qualidade de vida nos policiais e familiares, procurando dentro de seus limites e possibilidades a compreensão e melhor solução para o problema. Intervém segundo as diretrizes da Instituição, buscando alternativas que se adequem aos regulamentos e ao policial.

A atual posição do Serviço Social foi conquistada aos poucos, por meio da adoção de funções diversas e cada vez mais relacionadas à profissão, apesar de ainda enfrentar problemas de caráter estrutural, que interferem e dificultam a ação verdadeiramente profissional.

O Serviço Social está sendo reestruturado para poder atender as necessidades, cada vez maiores dos integrantes da Polícia Militar. Dentro desta reestruturação está prevista a criação de um Centro de Atenção Psico-social, contando com Centro de Triagem, Casa de Apoio para albergar policiais abandonados e Núcleo de Apoio para hospedar temporariamente os integrantes da Polícia Militar, da ativa ou da reserva e seus dependentes que vindos do interior do Estado dirigem-se à Capital para tratamento de saúde ou que recém-saídos do Hospital não têm condições de retornarem aos seus locais de origem.

A Polícia Militar do Paraná cresceu junto com o Paraná, adaptou-se aos nossos dias, evoluindo com a sociedade. Hoje, está voltada aos anseios da comunidade, integrando-se a ela por meio do Policiamento Comunitário, garantindo a paz e a proteção de vidas e bens a toda comunidade paranaense, sempre presente nos 399 municípios do nosso Estado, atuando ostensiva e preventivamente, em todo o território paranaense.

O Programa de Avaliação e Acompanhamento de Policiais Militares Envolvidos em Ocorrências de Alto Risco, Projeto PROAAR, tem por objetivo principal realizar a prevenção do estresse pós-traumático. O movimento em relação ao cuidado desses policiais iniciou com a 3ª Sgt Sandra Mara Reimer, psicóloga, e com a 3ª Sgt Lina Mara Piginiski, assistente social, no ano de 1996, no SAS/DP. Inicialmente foi copiado de um programa realizado na Polícia Militar de São Paulo, do qual inclusive herdou o mesmo nome, porém foram levadas em conta as peculiaridades da cultura policial-militar do Paraná.

Num primeiro momento, o atendimento era experimental, alguns comandantes sabiam da existência dos trabalhos e encaminhavam seus policiais. Em 1998, a policial-militar, hoje 1ª Ten. QEOPM Jussemara F. Ocheliski, psicóloga, passou a fazer parte da equipe, sendo que em 27 de novembro de 2003 foi concluída a Nota de Instrução nº 002/003 que normatizava o atendimento dos policiais envolvidos em ocorrência de alto risco.

Os objetivos do PROAAR são: Atender militares envolvidos em ocorrência de alto risco, ou seja, ocorrências que resultem em mortes de policiais ou civis, lesões corporais graves ou situações de alta tensão como seqüestro, assalto com reféns e outras desta natureza, oferecendo atendimento psicossocial, física e espiritual, buscando seu equilíbrio emocional e reabilitação ao serviço, após uma experiência traumática.

As atividades desenvolvidas pelo programa são: Efetuar uma avaliação prévia, possibilitando o apoio psicossocial ao policial militar envolvido em ocorrências de alto risco; Buscar o afastamento do militar da respectiva unidade para melhor aproveitamento terapêutico; Encaminhar o militar ao HPM para um "check-up" de saúde; Encaminhar o militar para o CEFID/PMPR(Centro de Educação Física e Desportos) para engajamento em atividades físicas; Avaliação final da situação do militar, se apto ou não, para retorno às atividades profissionais.

No ano de 2008 o CeTePM – Centro Terapêutico da Polícia Militar do Paraná em específico no PROAAR efetuou 732 atendimentos, proporcionando a esses pacientes uma melhor qualidade de vida após envolvimento em ocorrências de alto risco.

Além deste, vários outros programas são ofertados aos policiais e bombeiros militares e seus familiares, que por acaso necessitem ou venham buscar deste atendimento especial. Como exemplo é ofertado semanalmente ambulatório de psiquiatria e psicologia.

4.2 O RECÉM-CRIADO 19º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR

A então sede da Terceira Companhia do 6º Batalhão de Polícia Militar, com sede em Cascavel, foi transferida de Marechal Cândido Rondon, para a cidade de TOLEDO-PR no dia 20 de Dezembro de 1977, sendo inaugurada sua nova sede no dia 14 de Julho de 1989.

Devido à necessidade estrutural e pela importância da região, e atendendo uma antiga reivindicação da população de Toledo, o Governador Roberto Requião decidiu criar o 19º Batalhão de Polícia Militar, por meio do Decreto nº 2834, de 22 de abril de 2004, publicado no Diário Oficial nº 6713, de 22 de abril de 2004, sendo denominado Batalhão CAP PM João Alves da Rosa Filho, em homenagem a este valoroso Oficial, que se destacou como principal historiador e grande pesquisador e autor de diversas obras literárias e atuando como membro do Museu Histórico da Polícia Militar e autor de diversas obras literárias. Faleceu em 10 de setembro de 2004, aos 71 anos de idade, deixando seus frutos, em forma de acervo de seus trabalhos e de quatro filhos que hoje são três Oficiais Superiores (Coronel, Tenente

Coronel e Major) e um Praça na graduação de Cabo e todos ocupam cargos de destaque ajudando no crescimento da Polícia Militar do Paraná, sendo que um deles, na época da criação do Batalhão, o então Cap QOPM, hoje Maj QOPM Wellington¹ Alves da Rosa, comandava a 2ª Cia PM em Marechal Cândido Rondon.

O 19º BPM foi oficialmente instalado no dia 31 de agosto de 2005, tendo uma área total de abrangência de 11.664.63 Km², e uma população aproximada de 400.000 (quatrocentos mil) habitantes, compreendendo 21 municípios, alguns deles fazendo fronteira com o vizinho país Paraguai, como é o caso dos municípios de Guaíra, Mercedes, Pato Bragado, Santa Helena e Marechal Cândido Rondon.

A Unidade possui três Companhias. A primeira tem sua sede em Toledo, e abrange três municípios; A segunda Cia tem sede em Mal. Cândido Rondon, e abrange 9 municípios; A terceira Cia, com sede em Assis Chateaubriand, também com 9 municípios.

O 19º Batalhão de Policial Militar, juntamente com a 20ª Subdivisão Policial, faz parte da 13ª AISP (Área Integrada de Segurança Pública) que visa à integração do sistema de segurança pública.

Na atualidade, tem-se empregado uma nova filosofia de policiamento, denominada de Policiamento Comunitário, que visa à integração da sociedade com a Polícia Militar e vice-versa, estreitando os laços de confiança, conhecendo as dificuldades do dia-a-dia e procurando soluções para os problemas dos bairros e da cidade.

O 19º BPM apesar da jovialidade já é motivo de orgulho para o povo toledano e desta região do Oeste do Estado por seu papel e relevância e certamente ainda vai crescer muito e ajudar a edificar de forma mais segura e pacífica a sociedade desta região, motivo pelo qual foi escolhido para ser apreciado neste estudo.

¹ O Maj QOPM Wellington Alves da Rosa, comandava a 2ª Cia PM em Marechal Cândido Rondon, na época da criação do 19ºBPM, vindo a desempenhar posteriormente a função de Oficial de Planejamento, Operações e Instrução do mesmo, sendo convidado a assumir o Comando da 3ª Companhia de Polícia Rodoviária com sede em Cascavel, PR, ainda como Capitão e ao ser promovido ao posto de Major assumiu e desempenha atualmente o cargo de Subcomandante do 6º BPM de Cascavel, PR, Batalhão este que juntamente com o 14º BPM de Foz do Iguaçu, PR, deram origem ao 19º BPM.

4.3 FAMÍLIA, RELIGIÃO E EDUCAÇÃO = TRAVAS/FREIOS MORAIS

Conforme o Moderno Dicionário Enciclopédico Brasileiro. O conceito das palavras Trava, Travar, Freio e Moral, são:

- Trava: Ação ou efeito de travar;
- Travar: fazer parar com trava ou travão; frear. 2. Tolher os movimentos;
- Freio: 2. Dispositivo de veículos e máquinas para fazê-los parar; breque; 4. (fig.) Sujeição; repressão; e
- Moral: 1. Relativo aos princípios do bem e do mal. 2. Bom; virtuoso. 3. Ético. 6. Conjunto das faculdades morais.

Assim, conclui-se que Trava/Freio Moral é o conjunto de conhecimentos/faculdades morais que impedem a ação ou omissão de teor negativo do ser humano.

Alguns dos pressupostos que norteiam os serviços da Polícia Militar são salvar vidas e cumprir a lei. Dessa forma, observa-se que nos serviços diários o policial-militar se vê frente a diversos tipos de ocorrências e adversidades decorrentes destes casos. O Policial Militar a todo o momento se vê obrigado a fazer escolhas baseadas na sua capacitação formal e na educação familiar, em que surgem conflitos de ordem legal, moral e religiosa que podem afetar a ação do atendimento à população.

A Educação Familiar, inicialmente, contribui na formação da pessoa humana em desenvolvimento no núcleo familiar.

Na Educação Informal o sujeito é deparado com situações do dia-a-dia na convivência em grupo, seja de amigos, colegas e desconhecidos.

Para entendermos melhor o contexto da situação problema, temos que ter claros alguns conceitos básicos, relativos à: Família, Religião, Educação.

Quando falamos em Família, o que nos vem à mente é aquela estrutura familiar (monogâmica) que conhecemos desde a nossa primeira infância, definições que nossos genitores nos repassaram.

Mas temos verificado que esta estrutura básica sofreu algumas alterações decorrentes do momento histórico em que estamos vivendo.

Para Jacques Lacan, citado por Bock, "... a família desempenha papel primordial na transmissão de cultura, onde as tradições espirituais, a manutenção dos ritos e dos costumes é repassada aos indivíduos que fazem parte da família...".

Quanto ao aspecto religioso, como afirmou Lacan, a instituição familiar nos repassa por meio do processo educativo (informal) as crenças na qual a família acredita.

Com base neste pressuposto podemos dizer que a religião ou religiosidade, está diretamente relacionada ao crescimento do "HOMEM" enquanto indivíduo inserido em uma sociedade.

A Educação, seja ela informal ou formal, faz com que o indivíduo, "cresça" pautado nas etapas do desenvolvimento, sejam eles, aspectos emocionais, cognitivos e físicos (ou seja, Psicológicos, Aprendizagem e Caracteres Físicos, respectivamente). Ao nascermos, o ambiente em que convivemos é caracterizado como o primeiro meio social, sendo o segundo meio social a escola.

Então, sendo a escola responsável pela educação formal; devendo ensinar e estimular o aluno não somente a perguntar, mas também a valorizar as respostas, também devemos ter em mente que a vida escolar deve estar articulada com a vida social, pois o processo de alfabetização capacita o indivíduo a interagir no mundo social.

Inicialmente nas bases familiares já se aplica a educação religiosa processada no núcleo desta, ali num ensinamento simples são encontrados alguns freios/travas religiosos que são combinados com os princípios de freios/travas legalistas, como exemplo a questão que envolve o ato de homicídio.

A Bíblia ensina: (Êxodo 20, p. 39)

- 1 Então falou Deus todas estas palavras, dizendo:
- 2 Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão.
- 3 Não terás outros deuses diante de mim.
- 4 Não farás para ti imagem esculpida, nem figura alguma do que há em cima no céu, nem em baixo na terra, nem nas águas debaixo da terra.
- 5 Não te encurvarás diante delas, nem as servirás; porque eu, o Senhor teu Deus, sou Deus zeloso, que visito a iniquidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração daqueles que me odeiam.
- 6 e uso de misericórdia com milhares dos que me amam e guardam os meus mandamentos.
- 7 Não tomarás o nome do Senhor teu Deus em vão; porque o Senhor não terá por inocente aquele que tomar o seu nome em vão.
- 8 Lembra-te do dia do sábado, para o santificar.
- 9 Seis dias trabalharás, e farás todo o teu trabalho;
- 10 mas o sétimo dia é o sábado do Senhor teu Deus. Nesse dia não farás trabalho algum, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o estrangeiro que está dentro das tuas portas.

11 Porque em seis dias fez o Senhor o céu e a terra, o mar e tudo o que neles há, e ao sétimo dia descansou; por isso o Senhor abençoou o dia do sábado, e o santificou.

12 Honra a teu pai e a tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que o Senhor teu Deus te dá.

13 Não matarás.

14 Não adulterarás.

15 Não furtarás.

16 Não dirás falso testemunho contra o teu próximo.

17 Não cobiçarás a casa do teu próximo, não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma do teu próximo.

Assim como a Bíblia ensina em um dos seus dez mandamentos seculares, o “Não Matarás”, o Código Penal Militar, que é o Decreto-lei 1.001, de 21 de outubro de 1969, em seu Art. 205 diz: Matar alguém. Pena – Reclusão de seis a vinte anos. Aqui encontra-se uma referência da legislação Federal a que o Militar Estadual está submetida, sendo ela, inicialmente, uma trava ou freio moral a que o policial-militar se submete.

A Educação Formal que prepara nos bancos escolares o cidadão para as convenções e formalidades sociais, e além destas são reforçados também nos bancos escolares tais ensinamentos formais no tocante à situação de confronto armado, seus protocolos e as leis que regem as excludentes de criminalidade;

É nos bancos escolares de formação ou do policial-militar, seja na Academia Policial Militar do Guatupê ou nos Núcleos de Ensino distribuídos nos quartéis da Corporação que o Decreto-lei 1.001 é estudado pelos policiais, o que contribui em conjunto com as demais matérias teóricas e práticas na formação e preparação deste para o atendimento ao público.

Nesse sentido, ensina o Decreto-Lei 2.848 (1940, p. 25)

Exclusão de criminalidade

Art. 19. Não há crime quando o agente pratica o fato:

I – em caso de necessidade;

II – em legítima defesa;

III – em extrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

Em estado de necessidade.

No caso de uso da arma de fogo em confronto armado, a ação do Policial Militar deve estar em conformidade com os princípios da legalidade, necessidade e proporcionalidade. Qualquer prática da aplicação da lei deve estar fundamentada nela. O seu emprego pode ser inevitável dadas as circunstâncias de um determinado caso em questão e o seu impacto deve estar de acordo com a

gravidade do delito e o objetivo legítimo a ser alcançado, para isso o PM terá que estar preparado para as situações adversas que poderá encontrar no dia-a-dia.

Sabemos que numa situação de confronto armado, principalmente em ambiente urbano e ainda nas condições de patrulhamento de alto risco, a frente de tiro é de 360º, por isso o Operador deverá estar bem preparado para enfrentar esta situação de combate, lembrando ainda que os campos de tiro são restritos, principalmente nas áreas densamente urbanizadas.

Para o uso de arma de fogo em confrontos armados com o intuito de atingir objetivos que estão oferecendo risco iminente à vida, perpetrando crimes graves, contra terceiros ou o Operador, ou nos demais casos previstos no ordenamento jurídico nacional, devemos relembrar e observar as fases do confronto armado e seus protocolos, para então lançarmos mão da técnica de tiro em movimento.

No ano de 2003, no Primeiro Curso de Instrutores de Armas de Fogo, na Academia Policial Militar do Guatupê, onde o autor deste trabalho foi aluno, foram coletadas preciosas informações repassadas pelo então Capitão QOPM Péricles de Matos, hoje Tenente-Coronel e atual Comandante do 19º BPM. Na sua instrução de Técnicas e Táticas para Confrontos Armados, o Capitão Péricles² (2003) comentou aos Oficiais Alunos que esta instrução fora preparada para desenvolver no policial-militar habilidades específicas (táticas e técnicas), voltadas a sua sobrevivência em um ambiente urbano hostil. Ainda que ninguém espere ter que usar uma arma de fogo contra outro ser humano, a preparação é vital quando a sua vida está em perigo iminente de morte ou de ser gravemente ferido. O propósito da instrução, Técnicas de Combate com Armas de Fogo, é fornecer para os policiais-militares um entendimento básico do que esperar antes, durante e depois de um combate urbano com arma de fogo.

A Formalidade do ensino militar forja o Militar Estadual a se adequar às normas e convenções sociais que devem ser respeitadas por este, delimitando sua ação e contribuindo assim para a preparação do policial-militar na sua atuação de campo, que fatalmente este se envolverá, em um momento ou outro de sua carreira, em ações e intervenções que terá que fazer uso de força letal, porém pouco se fala sob os efeitos psicológicos do Estress Pós Trauma.

² Tenente Coronel Péricles de Matos, atual Comandante do 19º BPM. Instrutor de Técnicas e Táticas para Confrontos Armados dos Oficiais Alunos do Curso de Instrutores de Armas de Fogo, em Setembro de 2003.

Sobre esse assunto interessante que é o Estresse Pós-Trauma, o nosso Mestre em Procedimentos Administrativos e grande escritor da Polícia Militar, o Capitão QOPM Élio de Oliveira Manoel, em seu livro “POLICIAMENTO OSTENSIVO, com ênfase no processo motorizado”, publicado em 2004 pela AVM, Associação da Vila Militar e Optagraf, a partir das fls. 277, no Suplemento Especial nº. 02 – TRAUMA PÓS-TIroteio, numa tradução do Policial Roger M. Solomom da WSP, feita pelo Clube dos Oficiais da PM e CBM do Rio De Janeiro. Trás-nos uma amostra do que é essa experiência traumática, pois sabemos que todo confronto armado é horrível para ambos os lados, seja ele para o policial, seja ele para o opositor das normas legais ou seja ele para as vítimas aterrorizadas com a ação marginal e a resposta legal da polícia. Sr. Roger M. Solomom, Ph.D. – da Washington State Patrol (Patrulheiro de Polícia do Estado de Washington - EUA), diz em seu texto:

A experiência traumática começa quando uma situação põe em perigo a vida de um policial ou de uma pessoa, e ele toma a decisão de usar a força mortífera. Muitos fenômenos físicos, psicológicos e emocionais ocorrem durante breves momentos de ápice de estresse, muitos dos quais confundem o policial. Por exemplo, é bastante comum experimentar distorções de percepção. Cerca de 4 em cada 5 policiais envolvidos em tiroteios experimentam distorções de tempo. Distorções auditivas são experimentadas aproximadamente por dois em cada três policiais envolvidos em tiroteios. Para a maioria o som diminui. Um policial pode não ouvir todos os disparos feitos ou pode não perceber quantos disparos foram feitos. Distorções visuais ocorrem cerca de metade das vezes. Os policiais podem experimentar visão de túnel e uma sensação ampliada de detalhe. É importante que os pesquisadores saibam o quanto são comuns e normais essas distorções de percepção. Se o relato de um policial a respeito do número de disparos é inexato, porque ele não pode ouvir todos os disparos, ou se ele não pode dar uma boa descrição da roupa do suspeito, devido a sua visão de túnel, ou ele diz que o tiroteio durou 5 minutos, quando outros indícios sugerem que durou cerca de 45 segundos, isto não significa necessariamente que o policial esteja mentindo ou tentando encobrir alguma coisa. A fase de erupção do choque começa quando acaba o tiroteio. Um policial pode experimentar alguns sintomas de choque, tais como: tremores, choro, náuseas, hiper-ventilação, e assim por diante. Essas são reações de estresse que ocorrem algumas vezes quando se passa por uma situação de alto impacto, e não são sinais de fraqueza. (ÉLIO, 2004 p.277)

Outra opinião sobre o assunto é obtida no livro Estresse Policial, do Mestre e Capitão QOPM João Cavalim de Lima, publicado em 2002, também pela AVM, observamos nas fls. 33 e adiante do livro, no tópico 3.4 e seguintes, que fala sobre os efeitos da tensão no policial:

Quando um cidadão faz sua opção de vida e ingressa em uma corporação policial, quando recebe seu distintivo, sua carteira de identificação ou é fixado um distintivo em seu uniforme, pouco percebem inicialmente o peso do mesmo na sua vida, as mudanças que ela vai propiciar. O verdadeiro peso do distintivo não é superado

pela força física, não é encontrado em escolas e nem medido em uma balança e, esse peso requer um treinamento e um condicionamento que as academias e escolas de polícia não conseguem não transmitir a todos os policiais, pois o distintivo, símbolo da instituição, não é apenas para ser afixado no peito e sim um estilo de vida e seu peso faz o representante da lei diferente de outros profissionais. (CAVALIM, 2002 p.33)

O Capitão Cavalim, revela ainda em seu livro, num momento em que relata como um dos piores efeitos da tensão no policial é, obviamente, o suicídio; ele, em um dos nove tópicos pesquisados na literatura internacional, nos revela.

A camaradagem necessária entre policiais pode ser considerada também seu ponto mais frágil, pois, o trabalho de manutenção da ordem exige e cria um senso de trabalho de equipe e uma unidade de coesão com os colegas de trabalho, criando assim um espírito de corpo. Esse espírito de corpo e de fraternidade ajuda o policial a ter uma sensação de segurança e apoio necessário em situações de risco e perigosas. Também estimula o senso de pertencer a um grupo, um grupo exclusivo e especial." (CAVALIM, 2002 p.35)

Desta forma, é possível dizer que respeitando todos os conceitos de estresse e considerando que seus efeitos são aplicáveis a todos indistintamente, o trabalho do policial militar está no topo das profissões ditas mais estressantes, lado a lado com mineiros, médicos e controladores de vãos, considerando que esta profissão, a de policial, tem um alto risco para a vida destes profissionais, na sua labuta diária.

O castigante trabalho de manutenção da ordem pública e conseqüentemente a execução das leis é puro estresse, apesar de conviverem com a sociedade, tratam no dia a dia com os desajustes dos segmentos sociais. Estes profissionais de segurança pública convivem com os desequilíbrios sociais, das pessoas que a compõem, da desordem, suas relações familiares em falência, crianças maltratadas, exploradas e abandonadas, vidas destruídas das diversas formas e maneiras, vidas e carreiras em ruínas. Tudo isto cercado pela ganância, ódio, apatia e extrema corrupção de valores morais e financeiros.

Assim, nos bancos escolares da instituição, nos dias de hoje, os policiais militares são treinados e educados na sua formação profissional a tentarem resolver todos os problemas que vão enfrentar no dia-a-dia do seu trabalho, mas o trabalho destes policiais por natureza é cheio de restrições, falhas e decepções, que acabam, por conseguinte, aumentar a sua tensão emocional.

Cavalim, (2002 p.34), em uma rápida avaliação, enumera os principais estressores policiais, que são os seguintes:

- *Matar durante ocorrência;*
- *Morte de policial em ocorrência ou em decorrência do serviço;*
- *Falta de apoio institucional ou de seus chefes ou comandantes;*
- *Corrupção;*
- *Rompimento dos laços e rituais familiares;*
- *Relacionamento e aceitação pública;*

Observando bem o trecho acima, são listados os principais estressores pelo Capitão Cavalim, nós vemos no topo da lista MATAR ou ver a MORTE DE POLICIAL em serviço ou em decorrência deste.

O Inquérito Policial Militar de Portaria de Delegação de Poderes nº. 02/2006, datada de 07 de fevereiro de 2006, onde este Oficial foi o Encarregado de conduzir os trabalhos do IPM que teve por finalidade apurar as circunstâncias, responsabilidades e esclarecimentos quanto ao constante na Parte nº. 004/2006 do Oficial Comando ROTAM do 19º BPM, datada de 21 de janeiro de 2006, e demais documentos anexos, é relatado um confronto entre Policiais da ROTAM e integrantes de uma quadrilha de roubo a residências, na cidade de Palotina, PR, em data de 20 de janeiro de 2006.

É informado no IPM que o líder do grupo saiu de um trauma pós-confronto recentemente e que na opinião do encarregado do procedimento administrativo o Oficial, um jovem Segundo Tenente, este ainda não havia elaborado o trauma pelo qual passara recentemente, pelo fato de ressentir ainda a morte do companheiro de farda, achando (*se culpando*) que se um Soldado sob seu comando tivesse esperado um pouco mais para se aproximar de seu algoz ou se ele tivesse treinado melhor seus homens, o soldado não teria perdido a vida de uma forma tão estúpida. Mas, vale dizer aqui que o jovem tenente tem evoluído em muito no tocante a este caso, sendo exemplo disso a sua atuação neste caso apurado pelo presente IPM.

Naquela situação anterior, em que ocorreu a morte de um policial, o saudoso Soldado QPM 1-0 IRIO JOSÉ ROTOLLI, policial-militar que deu a vida em prol da sociedade paranaense e que foi homenageado como nome da Primeira Turma de Soldados formada no recém-criado 19º BPM, onde morreu num confronto em uma circunstância semelhante a que estava sendo apurado neste IPM, onde infelizmente, num ato de coragem o Sd ROTOLLI tentou rapidamente se aproximar e socorrer o marginal baleado por ele, quando estava tentando erguê-lo, foi atingido mortalmente, com um tiro que transfixou uma de suas pernas, atingindo um grande vaso

sanguíneo, a artéria femoral, vindo o nobre policial falecer em decorrência da hemorragia causada por tal ferimento.

Mas o que leva um homem treinado a fazer tal ato? Pode-se obter a resposta nos ensinamentos dos bancos de formação escolar policial-militar, cuja teoria prega a máxima que: “Devemos salvar vidas e Cumprir a Lei”, além é claro de que ao ver sua vida e a dos que o acompanhavam, estava em evidente risco de ser ceifada pelos disparos efetuados contra eles, este perigo real e imediato que avançou sobre eles fez com que aplicassem técnicas não convencionais de combate armado. E após ver seu opositor ser derrubado, tentou salvar-lhe a vida, porém o Sd ROTOLLI acabou alvejado e morto por quem ele procurava salvar.

Os instrutores da PMPR treinam os policiais-militares a combaterem e sobreviverem em situações pré-estabelecidas em estandes de Tiros, sempre preservando a vida e cumprindo rigorosamente a lei. Treinam os homens para usarem várias técnicas, uma dessas técnicas é chamada da V.I.D.A., ou seja, antes de efetuarem disparos a esmo, devem VERIFICAR, IDENTIFICAR, DECIDIR e AGIR, mesmo com compressão de tempo, espaço, localidade e ameaças, múltiplas ou não. Aqui relembramos os ensinamentos do Capitão Péricles³, no CIAF de 2003, que cita algumas técnicas e táticas para confrontos armados, dizendo aos Oficiais: que primeiro é preciso ter um Condicionamento Mental (o PM tem que estar mentalmente preparado), pois será afetado pela ação da adrenalina: fuga ou luta. Segundo, ter um processo decisório (elaborar um plano), em que terá que utilizar a Técnica da I.D.A.: Identificar, Decidir e Agir, técnica esta que foi aperfeiçoada para a denominação de V.I.D.A., acima mencionada. Terceiro, possuir táticas específicas (reação à ameaça com surpresa, agressividade e velocidade). Quarto, ter habilidades pessoais (armas de fogo e táticas defensivas). Quinto, ser preparado fisicamente (Cárdio - Vascular e Força), para o que pode ocorrer e por sexto e último a questão do equipamento (Manutenção e Posse).

Por mais que treinem em sala de aula ou em campo prático nos estandes, cada ocorrência é única, não existe fórmula mágica, pois é sabido que a decisão é única e exclusiva de quem está se deparando no evento crítico, pois somente ele

³ Ten.-Cel. Péricles de Matos . Instrução de Técnicas e Táticas para Confrontos Armados aos Oficiais Alunos do CIAF, Set. 2003.

pode avaliar corretamente o que está acontecendo e aplicar a técnica mais adequada à situação em que se defronta.

Ressalta-se que a exclusão auditiva e visual é eminente nestes casos, e que alguns conseguem ter mais controle que outros, porém lhes são repassadas técnicas que possam compensar estas dificuldades que podem surgir num evento crítico como este, devendo se compensar a perda temporária de certos sentidos, fazendo varreduras visuais em seu entorno, pois como ser predador que somos, tendo a visão focal na frente da cabeça, a tendência fisiológica do homem é da visão focar um túnel em cima do que é perseguido por este.

Aqui novamente lembra-se dos ensinamentos de Péricles⁴, no tocante às Fases do Confronto Armado e Seus Protocolos, este citou aos Oficiais do CIAF que existem três fases e protocolos a serem seguidos pelos policiais-militares.

Na primeira, a fase do Pré-Confronto Armado, ocorrem os seguintes aspectos: A escolha da arma e munição proporcional à missão; ter o treinamento periódico com técnicas e táticas realísticas; fazer o pedido de apoio; possuir uma atitude mental positiva; ter acessibilidade da arma; saber sacar corretamente e eficazmente a sua arma; possuir um planejamento mental prévio; procurar abrigo imediato; ter uma reação imediata e proporcional; e habilidade e comunicação verbal.

A segunda, é a fase propriamente dita do Confronto Armado, nela ocorrem os seguintes aspectos: O policial-militar tem exclusão auditiva e visual; deve compensar varrendo visualmente o local; deve atirar primeiro: iniciando no momento que enquadrar a ameaça; deve apontar primeiro a massa de mira; visar o centro de massa do suspeito; empregar o “double tape”, ou seja dois disparos rápidos; manter a ameaça sob visada mesmo depois dela tombar; contar seus disparos e trocar o carregador, mantendo-se assim sempre capacitado a responder novas ou múltiplas ameaças; atirar e mudar de posição; e se o policial foi ferido, não significa que irá morrer.

E finalmente na última fase que é a do Pós-confronto Armado, o policial deverá: Permanecer alerta; manter-se barricado; manter a vigilância sobre o suspeito tombado e o ambiente periférico; tentar localizar os cúmplices; comunicar a COPOM sua localização, sua vestimenta e seu estado físico; automedicar-

⁴ Matos, Péricles de. Instrução de Técnicas e Táticas para Confrontos Armados aos Oficiais Alunos do CIAF, Set 2003.

se/socorrer-se, se for o caso; proteger o local de crime; e orientar a chegada das Viaturas policiais (frente e fundos).

Vale lembrar aqui que o confronto que tirou a vida do Sd ROTOLLI aconteceu na mesma cidade, em horário parecido, que se iniciou com uma chamada rotineira, tal qual foi o caso em apuração no citado IPM, que a equipe de Rádio-Patrolha atendeu o chamado e chamaram o único apoio que tinham no momento, o do seu Comandante, no caso o mesmo jovem 2º Tenente QOPM.

O trauma afetou não só o 2º Tenente, que estava junto na hora do tiroteio fatal, que como todo bom Oficial da Polícia Militar se preocupa com a integridade física e moral de seus homens e daquelas pessoas que ele e sua equipe atendem, assim, juntando com o trauma de você poder ser marcado como “AQUELE QUE PERDEU UM HOMEM EM SERVIÇO”, que causam danos difíceis de se elaborar e recuperar, ainda mais no mundo e na visão castrense.

Segundo apurado no IPM, o Trauma afetou também os efetivos de soldados que estavam juntos naquele momento fatal, bem como as discussões dos companheiros de farda que eram amigos do falecido, que também se ressentiram com uma perda absurda daquelas, afinal todos treinam para evitar o pior, embora o juramento de formatura do Policial Militar diga na sua parte final “ATÉ COM O SACRIFÍCIO DA PRÓPRIA VIDA”, ninguém quer chegar ao sacrifício extremo, quanto menos ter um companheiro de serviço perdido a própria vida ao tentar salvar a vida de uma pessoa, mesmo que esta seja a de um marginal, vítima ou não do sistema atual em que vivemos.

Cavalim explica bem esta colocação ao expor o outro lado desta sensação, ao expor o medo ou temor da morte, fazendo um feliz comentário sobre a crença da imortalidade, como foi o caso do Sd ROTOLLI. E são estas algumas das principais características que diferenciam o policial do cidadão comum, pois quem em sua consciência sairia todo dia vestido com um colete à prova de balas, correndo o risco de morrer a qualquer momento, apenas para permitir que outros possam viver, inclusive imolando-se em prol destes seus irmãos concidadãos e seus algozes. Cavalim explicita, em seu livro, as principais razões porque os policiais necessitam de um instrumento psicológico para poder atuar em sua profissão:

Assim, podemos entender um paradoxo: O onipresente medo da morte no funcionamento biológico normal de nosso instinto de auto conservação; assim o temos em nossa vida consciente. Por isso, em tempos normais, agimos sem

acreditar em nossa própria morte, como se acreditássemos em nossa própria imortalidade. Tencionamos dominar a morte. Esse aparente domínio, esse desaparecimento passa, essencialmente, pela repressão, que cuida do colapso do símbolo da morte para a maior parte das pessoas, porém o desaparecimento não significa que o medo nunca esteve presente. (CAVALIM, 2002, p.33)

Assim, concebe-se uma idéia do que se passou na cabeça destes homens e o que ocorreu com as equipes de serviço em especial a equipe da Rondas Tático Móvel, ROTAM, ao darem atendimento a esta nefasta ocorrência vieram a topar com o pior dos pesadelos de um policial, a proximidade da morte própria e a daqueles que eles têm por obrigação em preservar, abalando assim o seu psique no tocante ao conceito de imortalidade do policial.

Para se entender o que se quer esclarecer, ao analisar os policiais que participaram da ocorrência apurada no IPM citado, o relator do IPM cita neste pequeno trecho da tradução da música "Same Mistake" = Mesmo Erro, de James Blunt. O relator tenta mostrar o quanto os Oficiais, homens de Comando e da Nobre Arma de Infantaria, sofrem e são responsáveis pela boa condução da Polícia Militar do Paraná e dos seus honestos e honrados homens. Homens que lidam no dia-a-dia no campo angustiante do combate à criminalidade brasileira, operando nas trincheiras da frente da segurança pública, bem como são responsáveis por corrigir, disciplinar e até punir aqueles que passam para o outro lado da lei:

And so I sent some men to fight
Já mandei alguns homens para lutar
 And one came back at dead of night
E um deles voltou na calada da noite
 Said: "Have you seen my enemy?"
Disse: "Você viu meu adversário?"
 Said: "He looked just like me
"Disse: "Ele se parecia comigo"
 So I set out to cut myself
Então sigo meu caminho me torturando
 (BLUNT, 2007)

O texto acima mostrou o conflito moral que abala estes homens e mulheres na função de liderança, além disto, ensina o Sr. Cel. PM RR Valla, sobre os princípios basilares do policial-militar:

a. HONRA PESSOAL: resume-se no sentimento de dignidade própria que leva o homem a merecer e manter a consideração pública. A honra é, sobretudo, o estrato do caráter do homem. Como premissa, a firmeza de caráter é o pressuposto para a existência da honra. Se a boa reputação é necessária ao homem comum, notadamente ao policial-militar, em razão da relevância das funções exercidas perante o público, exige-se que a sua conduta seja pautada em elevadas qualidades humanas, principalmente, com honestidade, amor à verdade e respeito. Infere-se, daí, que a honra pessoal deve ser inatacável. A honra é, certamente, o

parâmetro básico para a avaliação da validade ou não da vida de um homem. “Um miliciano sem honra é um homem morto para a vida profissional”.

b. PUNDONOR MILITAR: está intimamente ligado à honra pessoal. É o esforço do homem para compatibilizar sua conduta como um profissional zeloso da própria reputação. Em serviço ou fora dele, o policial militar deve manter elevado padrão de decência, porque o sucesso profissional pode ser decorrente do respeito que lhe é devido, bem como a dignidade, o prestígio e autoridade da notável profissão;

c. DECORO DA CLASSE: aqui se trata do “valor moral e social da Corporação”. Esse valor não é mais que uma repercussão do valor social dos indivíduos agrupados e não subsistem sem este. A profissão policial-militar é uma experiência humana e como tal situa-se no plano da ética e, conseqüentemente, da conduta moral e deve ajustar-se de conformidade com o estilo e os objetivos da Instituição. (VALLA, 2000, p.33)

No mesmo sentido vem os ensinamentos de Capez, que de maneira simplista traz os conceitos acerca do tema:

a. Honra objetiva: diz respeito a opinião de terceiros no tocante a atributos físicos, intelectuais, morais de alguém. Quando falamos que determinada pessoa tem boa ou má reputação no meio social, estamos no referindo a honra objetiva, que é aquela que se refere a conceituação do indivíduo perante a sociedade. E o respeito que o indivíduo goza no meio social.

b. Honra subjetiva: refere-se a opinião do sujeito a respeito de si mesmo, ou seja, de seus atributos físicos, intelectuais, e morais, em suma, diz com seu amor próprio. Aqui não importa a opinião de terceiros. (CAPEZ, 2008, p.236)

A opinião do General de Brigada Henrique Besunsan⁵ Filho, Cmt da 15ª Brigada de Infantaria Motorizada, que no mês de março de 2008 realizou sua última visita de inspeção nas dependências do 6º BPM, na cidade de Cascavel, PR, Batalhão vizinho ao 19º BPM, o General Besunsan disse: “Que visualizou o elevado grau de instrução dos efetivos do 6º BPM, bem como da preocupação do Comandante da OPM, Ten.-Cel. QOPM Celso Luiz Borges, em manter seus homens muito bem adestrados e treinados para as situações de ocorrência policiais do dia a dia” SIC.

Referindo-se aos Oficiais e Sargentos do Exército e da Polícia, o General Besunsan falou ainda em seu discurso: “que embora propiciemos o melhor treinamento para nossos homens, nada se compara à realidade e à prática do dia-a-dia.”, fazendo aqui um comparativo entre suas Forças Militares na 15ª Brigada de Infantaria Motorizada e os homens da Polícia Militar, em específico aos do 6º BPM.

Corroborar em muito com a declaração do General Besunsan, quando comparado ao que dizem dois dos maiores Generais de nossa História contemporânea, no livro Soldados Cidadãos, de Stephen E. Ambrose, p. 101, Cap. 03 – Ruptura e Cerco, o primeiro General Dwight D. Eisenhower revela o distinto

⁵ BESUNSAN Filho, General de Brigada Henrique, Cmt da 15ª Brigada de Infantaria Motorizada, EB, durante inspeção e visita técnica ao 6º BPM, na cidade de Cascavel, PR, no mês de março de 2008.

autor AMBROSE “que Eisenhower costumava dizer que, na guerra, planos são tudo antes de ela começar, mas, uma vez iniciado o tiroteio, eles eram inúteis”.

No mesmo livro, capítulo e página há um trecho de uma carta escrita pelo Glorioso General George S. Patton JR, no ano de 1926, ano que se formara como primeiro aluno da turma da Escola de Comando e Estado-Maior do Forte Leavenworth, Patton escrevera para o General Eisenhower, seu amigo pessoal, a fim de felicitá-lo e aconselhá-lo a pôr em prática, dali em diante, todas as coisas que aprendera em Leavenworth: “A vitória na próxima guerra”, escrevera Patton, “dependerá da PRÁTICA, não do PLANEJAMENTO”.

Mencionando ainda o General de Brigada Henrique Bensusan⁶ Filho, no seu discurso aos Oficiais do 6º BPM, após elogiar o nível de instrução dos homens e da preocupação do Ten.-Cel. QOPM Celso Luiz Borges, Comandante do 6º BPM desta honrada Instituição, que é a PMPR, aqui representada no oeste paranaense pelos 6º, 14º e 19º BPM, respectivamente nas cidades de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, diz: “ANTES SERMOS UMA GOTA DE ÁGUA LÍMPIDA, DO QUE SERMOS UM MAR DE LAMA”, frase esta ao completar sua explanação quando o nobre General fala das dificuldades que os homens enfrentam no dia-a-dia do serviço operacional, em que ao colocarem em prática as instruções que lhes foram ministradas em sala de aula, deparam-se com propostas indecorosas. E que ainda segue os princípios basilares expostos por Valla, citados anteriormente.

Completando o acima esclarecido e já seguindo em direção aos Ensinamentos Informais e voltado neste caso ao ensinamento religioso, é sabido que o Papa Bento XVI nomeou Dom Mauro⁷ Aparecido dos Santos como novo Arcebispo da Arquidiocese de Cascavel, no Paraná, em outubro de 2007, cuja sede tem aproximadamente 290.000 habitantes.

Antes de ser nomeado o novo Arcebispo de Cascavel, Dom Mauro atuou como bispo coadjutor de Campo Mourão nos anos de 98 e 99 passando a ser diocesano depois da morte de Dom Virgílio de Pauli, Primeiro Bispo da terra natal do autor deste trabalho técnico científico, que é Campo Mourão, PR. Dom Virgílio,

⁶ BESUNSAN Filho, General de Brigada Henrique, Cmt da 15ª Brigada de Infantaria Motorizada, EB, durante inspeção e visita técnica ao 6º BPM, na cidade de Cascavel, PR, no mês de março de 2008.

⁷ DOM MAURO Aparecido dos Santos, Arcebispo da Arquidiocese de Cascavel, Paraná, celebrou a Missa da Páscoa dos Militares na Catedral de Cascavel, no dia 25 de Abril de 2008, onde revelou aos militares presentes que também fora militar antes de se tornar Padre.

Homem digno que era conhecido do autor deste TCC e que a época como Bispo presenciou seu Batismo Cristão.

Dom Mauro nos anos de sua atuação na Diocese Campo Mourão sempre foi pessoa motivada pela vocação religiosa e pela evangelização.

Quando no dia 25 de Abril de 2008, celebrou a Missa da Páscoa dos Militares na Catedral de Cascavel, e em sua Homilia revela que fora um Infante do Exército Brasileiro, e contagiando a todos os militares ali presentes das Forças Armadas e Auxiliares, diz Dom Mauro aos atentos militares: “Pois vocês estão em contato direto com a miséria, com as bestas humanas, como não se contaminar com o horror vivenciado no dia a dia”, ao fazer esta afirmativa que na visão dele e da sociedade é a mais pura realidade, completa com uma resposta digna do representante de Deus na terra: “Vocês são a imagem e semelhança de DEUS e podem levar o perdão, o apoio e a amizade a essas pessoas”.

O discurso do Arcebispo Dom Mauro segue o mesmo sentido descrito por Cavalim, quando este se refere às mazelas humanas atendidas pelos policiais-militares no dia-a-dia do serviço prestado a comunidade paranaense.

Dom Mauro⁸ finalizou a Missa Pascal ao citar uma passagem bíblica de II TIMÓTEO 4:7, dizendo: “COMBATI O BOM COMBATE, TERMINEI A CARREIRA, GUARDEI A FÉ”.

Este é um testemunho do apóstolo Paulo que, se não compreendido, conduz ao desânimo total dos que ali estavam presentes na missa pascal, mas se adequadamente entendido revela a história passada, presente, e futura, dos cristãos, dos filhos de Deus.

De fato, uma análise da história de vida de cada cristão verdadeiro, seja nos exemplos bíblicos, seja em nosso dia-a-dia, permite ver que não cessam de combater, de lutar. De observar que o apóstolo, quando se referiu ao seu combati o bom combate, falou no passado - Combati o bom combate, terminei a carreira, guardei a fé (2 Timóteo 4:7) -. Tudo no tempo passado do verbo.

Isso evidencia a mais não poder, que desde o primeiro, até o último dia do fim da carreira terrestre do Infante Miliciano, ele deve se preparar para COMBATER O BOM COMBATE.

⁸ DOM MAURO Aparecido dos Santos, Arcebispo da Arquidiocese de Cascavel, Paraná, na Missa da Páscoa dos Militares na Catedral de Cascavel, citou em sua Homilia no dia 25 de Abril de 2008.

Provavelmente, durante o seu viver, não terá mais do que momentos, ou períodos de tempo em que poderá sair do sufoco do dia-a-dia, para um certo alívio na respiração, uma recuperação de fôlego, um reabastecimento energético, e logo retomar o COMBATE. Combater sempre. Desde que se levanta, durante os momentos da labuta diária, e até quando vai ao descanso noturno. Mas mesmo aqui, em muitas situações de todos nós conhecidas, até enquanto dorme ou sonha, continua COMBATENDO O BOM COMBATE.

Nesta mesma seara da Educação Religiosa que dá a pessoa uma base pautada num Princípio Criador. Vamos citar mais um exemplo religioso, dentre os vários segmentos, princípios e doutrinas religiosas que compõem a formação de nossos cidadãos e policiais.

Nesse sentido, ensina Kardec:

846. Sobre os atos da vida nenhuma influência exerce o organismo? E, se essa influência existe, não será exercida com prejuízo do livre-arbítrio?

É inegável que sobre o Espírito exerce influência a matéria, que pode embaraçar-lhe as manifestações. Daí vem que nos mundos onde os corpos são menos materiais do que na Terra, as faculdades se desdobram mais livremente. Porém o instrumento não dá a faculdade. Além disto, cumpre se distinguam as faculdades morais das intelectuais. Tendo um homem o instinto do assassinio, seu próprio Espírito é indubitavelmente, quem possui este instinto e quem lho dá; não são seus órgãos que lho dão. Semelhante ao bruto, e ainda pior do que este, se torna aquele que nulifica o seu pensamento, para só se ocupar com a matéria, pois quem não cuida mais de premunir contra o mal. Nisto é que ocorre em falta, porquanto assim procede por sua vontade. (Kardec, 1988, p. 436)

Abre-se um parêntese aqui, pois o texto acima fala fortemente do livre arbítrio, das faculdades morais e das faculdades intelectuais do homem, pois todos nós somos formados, moral e intelectualmente em vários níveis, familiar, formal e informal, sendo que um independe do outro, porém são interligados, mas somos nós livres para escolhermos o nosso caminho.

O ALCORÃO, na sua Súria 4, As Mulheres, no versículo 38, fala sobre o companheirismo, a amizade, o respeito e o temor a Alá, sob o aspecto do comportamento tomado pelo homem: Nem aqueles que gastam por ostentação diante dos outros, mas não acreditam nem em Deus nem no último dia. Quem tomar o demônio por companheiro, é ele mesmo um péssimo companheiro. (O ALCORÃO – 4:38).

Estes pontos acima expostos, a instrução mencionada pelo General Bensusan, a Homilia proferida por Dom Mauro, combinada com os demais princípios

religiosos e a participação de um grupo especial, citado no livro “Estresse Policial”, do nosso querido Mestre o Capitão QOPM João Cavalim de Lima, publicado em 2002, pela AVM. Combinam-se e podem ser fortemente encontradas no livro Soldados Cidadãos, de Stephen E. Ambrose, p. 411, Cap. 15, nas palavras do 1º Ten. GIBSON, da 101ª DIA.

O 1º Ten. GIBSON relata em seu depoimento a Ambrose, durante sua pesquisa para escrever este livro impar, as dificuldades encontradas pelos homens que compuseram o exército democrático na 2ª Grande Guerra Mundial, no Século XX, e este autor faz dele as suas palavras, combinando com as palavras de Valla⁹: “Um miliciano sem honra é um homem morto para a vida profissional”.

Acredito firmemente que somente um combatente tem o direito de julgar outro combatente. Somente ele sabe como é difícil manter o equilíbrio, cumprir o seu dever e sobreviver com algo semelhante à honra. Você tem que aprender a perdoar os outros, e a você mesmo, por algumas coisas que são feitas. (AMBROSE, 2002 p.411).

Além do acima descrito, em 24 de agosto de 2009, as 07:15h, o Comandante da Academia Policial Militar do Guatupê, Cel QOPM Roberson¹⁰ Luiz Bondaruk, comenta sobre a Honra e a Disciplina, ao mencionar uma reportagem sobre o trânsito no Estado de São Paulo envolvendo uma viatura policial-militar fazendo manobras arriscadas, nos diz: “A nossa eficiência depende disso”, ao falar sobre disciplina, capacidade e orientação, finalizando: “Pois tudo compõe a Honra”. Falando em seguida sobre a questão dos ensinamentos e técnicas policiais para a sobrevivência policial, ao citar um fato que envolveu um policial-militar da Academia que foi vítima de violência. Finaliza sua fala citando um versículo da Bíblia, no livro de Jeremias, capítulo 17, versículo 7: “bendito o varão que confia no Senhor, e cuja esperança é o Senhor”.

No mesmo dia, as 09:04h, o Cel PMRR Waldemar Kretschmer¹¹, instrutor da matéria de Doutrina de Emprego aos Oficiais Alunos do CAO, falou sobre Moral Familiar e Religiosa, dizendo aos alunos: “Ao entrar na policia, trouxe comigo a minha formação moral, familiar e religiosa...”, ao se referir sobre sua incorporação na

⁹ VALLA, Wilson Odirlei, na aula de Ética no Curso de Formação de Oficiais da Academia Policial Militar do Guatupê, 1992.

¹⁰ Cel QOPM Roberson Luiz Bondaruk, Cmt da APMG, quando da sua preleção matinal aos efetivos de alunos da casa de ensino, após a cerimônia do hateamento dos Pavilhões Nacional e Estadual.

¹¹ Cel PMRR Waldemar Kretschmer, instrutor da APMG.

PM, completando que toda pessoa tem sua formação moral básica adquirida na estrutura familiar e religiosa.

Revelando ainda sobre o processo de incorporação quando ainda se exigia o ensino fundamental, antigo 1º Grau, para o ingresso na PM, seu espanto ao ver um jovem da região de Pato Branco, sudoeste do Estado do PR, que possuía o ensino médio, antigo 2º Grau, e então ao questioná-lo do porquê não entrou na Escola de Formação de Oficiais da PM, este respondeu que não conhecia tal curso.

Mostra ai a falta de informação e divulgação externa dos cursos de ingresso para a PM, bem como mostra implicitamente que também não se divulga internamente os programas de saúde oferecidos pela PMPR a seus efetivos.

Vamos aqui elaborando uma idéia do que se passa na cabeça destes homens e mulheres ao darem atendimento a uma nefasta ocorrência acabam por topar com o pior dos pesadelos de um homem e de um policial, a proximidade da morte própria e a daqueles que eles têm por obrigação em preservar.

Esse receio da morte, nós vemos em um texto antigo, escrito por John Keegan, em *The Face of Battle*, (New York: Penguin Books, 1976), na página 16, algo muito parecido com o que podemos dizer como sendo um dos maiores receios do homem, encarar a morte. Stephen E. Ambrose, no livro *Band Of Brothers* (Companhia de Heróis) Companhia E, 506º RIP, 101ª DIA – Da Normandia ao Ninho da águia de Hitler. O autor relata a convivência de homens treinados nas forças pára-quedistas americanas, os famosos “Airborne”, ao citar John Keegan, quando a Easy Company composta com homens coesos, que infelizmente naquele momento estavam sob o comando de um oficial que não estava à altura daqueles homens, quando do ataque à vila de FOY, na região da Bastogne, na Bélgica, em 09 Jan. 1945.

Em seu livro Ambrose relata:

Eles viviam em estado de alerta máximo e grande tensão. E sobreviviam, combatiam e tentavam esconder suas impressões, sempre presentes no íntimo, impressões que John Keegan chama de produtos “de um dos maiores receios do homem: o medo dos ferimentos, da morte, de pôr em perigo a vida daqueles por cujo bem-estar ele é responsável”. Eles experimentaram também algumas das mais violentas paixões do homem: ódio, fúria e o desejo de matar. Nessa torrente de paixão, pensamentos incontrolláveis agitavam suas mentes. Eles tinham visto seus oficiais fugir, sofrer uma crise nervosa, simplesmente acovardar-se ou cair em mudez (como foi o caso do tenente Dike nesse momento de crise). Embora não tivessem a opção de fugir, tinham a opção de não liderar. Ninguém podia forçá-los a liderar. Assim como não podiam forçar Dike a agir. Esses graduados eram homens de Toccoa, tudo que sobrara da Easy do quente verão de 1942 e do capitão Sobel. Eles tinham mantido a coesão da companhia durante um longo

período de comando inepto e de pesadas baixas entre os recrutas. (AMBROSE, 2002, p.100).

Este texto retrata bem os pensamentos que se passam na cabeça dos jovens homens que estão na linha de frente, combatendo o crime cara a cara, seus sentimentos quando se sentem abandonados e perante um sistema inoperante, tendo que se socorrerem com os poucos meios que lhes são fornecidos, mas principalmente na coesão dos homens de sua equipe, que estão na ponta da lança, no verdadeiro front de combate à criminalidade, na esquina de suas vidas e, principalmente, cumprindo de forma correta a lei, demonstrando o verdadeiro espírito de corpo.

Ao vasculhar este tema, depara-se com algo assustador, pois foi pesquisado um pouco mais a fundo o tema proposto, sendo que o autor deste TCC recebeu um texto via e-mail de um companheiro de farda, no ano de 2006, atormentado pelos fantasmas do serviço, o qual chegou ao ponto de quase cometer suicídio, companheiro este que será preservado o nome, ele diz, citando os fatos nefastos ocorridos em São Paulo em 2006:

O QUE SERÁ DE NÓS

Há dias atrás, vimos através da imprensa, o clima de guerra que assolou São Paulo, com reflexo em outros Estados da Federação. Policiais Civis, Militares e Bombeiros, sendo procurados, literalmente cassados, e sendo, infelizmente, executados, pelo simples fato de terem escolhido uma profissão “errada”. Era uma guerra, com inimigos, mortes, armas, rebeliões ... E o que vemos nos órgãos de imprensa? Pessoas dos Direitos Humanos que não se preocuparam com os Policiais mortos, não apareceram nos jornais para pedirem a prisão dos assassinos e a apuração das mortes ocorridas. Não. Eles agora aparecem e pedem que investiguem os confrontos da Polícia com os bandidos, onde alguns foram mortos. Execução? Não era uma guerra? Em guerras, infelizmente, alguns inocentes são atingidos. O que um Policial, sabendo que corre risco de vida pelo simples fato de ser Policial, faria no lugar dos Policiais Paulistas ao verem pessoas ou veículos suspeitos se aproximando e não obedecendo as ordens? Eu sei o que EU faria. As Polícias Civis e Militares, juntas, somam votos suficientes para elegerem Deputados Federais e Estaduais. Em alguns Estados, até Governadores e Senadores. Mas o que fazemos? Nada. Somos um verdadeiro dinossauro, que possui uma cabeça pequena, onde poucos chegam, um corpo enorme, que a tudo poderia destruir, mas também, um grande rabo, que todos podem pisar. Juntos somos uma potência. Do jeito que estamos, não somos nada. Voltemos ao PCC. Declarações de Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, dizem que o Governo deve negociar para não existirem outras rebeliões e retaliações por parte do PCC. O Governo deve negociar com os bandidos? Com os inimigos de uma guerra? E nós, a força Policial? Continuaremos com a linha de frente e sofrendo na volta do “Front”? O PCC já fez ataques contra as Polícias e contra a Justiça nos anos de 2002, 2003, Janeiro e Maio de 2006. É uma afronta. E o que está sendo feito? Mais celulares, mais mordomias para os líderes ... Uma mudança drástica e rápida nas legislações penais deve ser feita. Urgentemente! Do jeito que está, nós, Policiais Militares, temos medo de sairmos à rua para o combate ao crime. Por quê? Ora, se saímos, poderemos ser mortos ou, num confronto, poderemos matar alguém; e o que acontece? Ao invés do Governo, dos Direitos Humanos, Ministério Público nos defenderem, eles nos atacam, nos punem, nos processam. E

os bandidos que mataram? Sempre assistimos pessoas ditas importantes sendo acusadas de vários crimes e nada acontece. Políticos que fazem coisas erradas e sequer são cassados. (Anônimo)

Segue-se esta linha de raciocínio, pois tais fatos também atormentam os policiais-militares que trabalham no oeste do Estado além do que é sabido, conforme os relatos do Serviço de Inteligência e até mesmo pela Imprensa Local, Regional, Estadual e Nacional, da entrada contínua e crescente do PCC no Oeste Paranaense. É possível ainda encontrar em alguns livros de fácil acesso a qualquer um do povo, por exemplo:

No livro “ABUSADO – O Dono do Morro Dona Marta”, de autoria do Jornalista Caco Barcellos, o autor comenta a trajetória de Marcinho VP – com o codinome “Juliano VP”, que quer dizer Juliano Viado Puto:

No Brasil, no início dos anos 70, o crime de seqüestro também esteve no centro da luta armada entre esquerdistas e militares de direita. Os guerrilheiros levaram para o cativeiro homens influentes, como os embaixadores da Suíça e dos Estados Unidos, e os usaram como moeda de troca para a libertação de militantes presos pela ditadura militar. Com o fim da guerrilha em 1972, essas ações de natureza política desapareceram. Os seqüestros só voltariam em grande número ao Brasil no final dos anos 80, sem conotações, embora nos moldes praticados na Colômbia...
...Nos seqüestros de autoria dos narcotraficantes muitas vezes o desfecho foi a morte. As vítimas eram juizes, advogados, policiais, jornalistas ou qualquer profissional que se destacasse no combate ao comércio ilegal de drogas. Muitos deles foram mortos nos cativeiros subterrâneos, instalados em casas de áreas urbanas das principais cidades produtoras de pó.
Calunga e Paulista, criminosos comuns, trouxeram para o Rio uma mistura das duas formas de seqüestros colombianos. (BARCELLOS, 2003 p. 297 à 300).

No livro “CV – PCC – A IRMANDADE DO CRIME”, de autoria do Jornalista Carlos Amorim, o autor descreve como foi o início do crime organizado no Brasil, dos porões da ditadura militar aos dias de hoje na globalização de ações e no consórcio de quadrilhas co-irmãs, citando em seu livro, o Guerrilheiro CARLOS MARIGHELA, autor do “Pequeno Manual do Guerrilheiro Urbano”:

Um documento de Aliança Libertadora Nacional (ALN), escrito pelo Próprio fundador do grupo, Carlos Marighela, chegou as mãos do assaltante de bancos Carlos Alberto Mesquita, em 1975. O pequeno manual do guerrilheiro urbano – uma bíblia da luta armada – continha ensinamentos básicos para operações militares de pequenos grupos guerrilheiros, “mesmos aqueles que possam ser formados espontaneamente a partir da luta popular”. Como o próprio nome diz, o texto de marighela, ilustrado com desenhos, era mesmo um “guia prático da ação armada”. É muito difícil determinar como e porque o documento foi introduzido no presídio. Mais difícil ainda é descobrir quem o entregou a CARLOS ALBERTO MESQUITA. O assaltante foi o número dois entre os oito primeiros líderes do Comando Vermelho. (AMORIM, 2006 p. 92 e 93).

Elio Gaspari, em seu livro "A DITADURA ESCANCARADA", dedica um capítulo inteiro à figura de Carlos Marighella, denominado: Marighella, início e fim:

O Manual, um opúsculo de cinquenta páginas dividido em quatorze capítulos, era um trabalho voltado mais para a propaganda de um novo mito heróico do que para a didática sugerida no título. Seu sucesso foi espetacular. Tornou-se o texto político brasileiro mais citado na literatura internacional da época e deu a Marighella, nas décadas seguintes, a qualificação de "ideólogo", "teórico", "patrono da guerrilha urbana" e "estrategista do terror". (GASPARI, 2002 p.142).

Esta particularidade de informações vai ser encontrada em outras publicações, e até mesmo na INTERNET, a rede mundial de computadores, ao teclar o site do Grupo: **DHnet - Rede de Direitos Humanos & Cultura**, este explica que: é produto de um grupo de ativistas de direitos humanos, que no ano de 1994 iniciaram estudos sobre Direitos Humanos e Realidade Virtual. Em 1º de maio de 1995, dia do Trabalho e da entrada oficial do Brasil na INTERNET, foi colocado no "ar" o BBS Direitos Humanos & Cultura, que dois anos após, tornou-se a Rede DHnet, com os seguintes Macro Temas: Direitos Humanos; Desejos Humanos; Cibercidadania; Memória Histórica; Educação & Direitos Humanos e Arte & Cultura.

Neste site, é encontrado um exemplar virtual do manual de Marighella, que por incrível que pareça, foram retiradas duas pequenas partes de seu manual, para servir de ilustração, sendo encontrado o seguinte:

Emboscada

As emboscadas são ataques tipificados por surpresa quando o inimigo é apanhado em uma estrada ou quando faz que uma rede de policiais rodeie uma casa ou propriedade. Uma mensagem falsa pode trazer o inimigo a um lugar onde caia em uma armadilha. O objeto principal da tática de emboscada é de capturar as armas e castigá-los com a morte. (MARIGHELA, 1969).

Táticas de Rua

De igual forma é importante saber como responder a uma rede de polícias. Quando a polícia designa uma certa área para que seus homens entrem em massa para prender a um manifestante, um grupo maior de guerrilheiros urbanos tem que rodear o grupo da polícia, desarmá-los, surrando-os e na mesma hora permitir que o prisioneiro fuja. Esta operação de guerrilha urbana se chama a rede dentro de uma rede. (MARIGHELA, 1969).

Aqui é observado que ativistas de grupos de direito humanos ficam espalhando pela rede mundial de computadores, a INTERNET, um manual de como fazer ações de guerrilha urbana, que podem ser adaptadas para a nossa realidade, bem como ensina a combater as forças legais, no caso a POLÍCIA, se acessado por

pessoas que não tenham escrúpulos ou que sejam aproveitadores da situação de atual avanço do crime organizado em nosso país.

Sem contar que qualquer um, membro ou não de uma Facção Criminosa, tem acesso a essa literatura e pode pôr em prática o que acaba ali encontrando.

No livro SINDICATO DO CRIME – PCC e OUTROS GRUPOS, do Jornalista Percival de Souza, ele mostra a descritiva da evolução do crime organizado na região Oeste Paranaense e no Sul do Mato Grosso do Sul, o respeitado jornalista faz uma construção dos fatos atuais de nossa região.

Estes são alguns aspectos profissionais e técnicos que influem na vivência dos operacionais de segurança pública, no dia a dia de suas vidas, trabalhando pelas ruas e matas de nosso Estado.

Além do que as vivências da infância e da adolescência, são determinantes fundamentais de como o indivíduo percebe, pensa, sente e age diante das várias situações que o cotidiano nos oferece.

Erik H. Erikson, no livro Infância e Sociedade, expõe no capítulo sete sobre as “OITO IDADES DO HOMEM”, sendo elas: Confiança Básica versus Desconfiança Básica; Autonomia versus Vergonha e Dúvida; Iniciativa versus Culpa; Indústria versus Inferioridade; Identidade versus confusão de Papel; Intimidade versus Isolamento; Generatividade versus Estagnação; Integridade do Ego versus Desesperança. Segundo, o autor, são estas etapas que irão dar sustentação para que o indivíduo diante de situações problemas possa resolvê-las de maneira saudável preservando o equilíbrio emocional.

Sabemos que decorrente do convívio social (fora do contexto familiar), a mídia pode influenciar de maneira direta na formação da personalidade do indivíduo, fazendo com que alguns conceitos básicos da educação familiar sejam “perdidos” em detrimentos ao que o grupo “sociedade pares/iguais” vislumbra/oferece.

O profissional da área de segurança pública não é diferente, pois a todo o momento é testado em todos os aspectos. Quando está em situação de confronto, o grau de estresse é altíssimo e o mesmo pode apresentar no momento da situação ou posterior ao fato algum tipo de transtorno, sejam eles de comportamento, conduta, ansiedade, estresse pós-traumático, personalidade, distúrbios orgânicos dentre outros.

Observamos, que nem sempre o profissional da área de segurança pública, procura auxílio, no que se refere ao tratamento para resolver seus problemas

íntimos, decorrentes do seu serviço operacional, desenvolvido junto à sociedade paranaense e também junto ao público flutuante que passa pelo nosso estado.

Pode-se dizer que por uma questão de preconceito pelos próprios companheiros de farda, o operador de segurança pública deixa de procurar auxílio especializado na área de saúde mental, pois pode se sentir menosprezado pelos companheiros por procurar tal serviço. Ocorre que algumas vezes pode ser taxado de “louco” ou ainda como se estivesse fugindo do serviço e até mesmo do que na gíria policial antiga de ser taxado como um “021” ou então “7650” o que respectivamente quer dizer que o operacional é um doente mental ou um alcoólatra. Podendo ser rotulado com as funções/terminações acima mencionadas; ou seja, “um alcoólatra maluco”.

Então, conforme exposto, se o operacional de segurança pública não recorrer aos serviços ofertados pela rede de atendimento à saúde mental, seja ela pública ou privada, fazemos inferência de que o policial poderá apresentar algum tipo de transtorno mental, visto que, em situação de confronto armado pode este apresentar conflitos inerentes a sua formação familiar e religiosa, sendo somado a tudo isso a pressão que a sociedade exerce na vida de cada um, inclusive as pressões dentro da própria caserna.

A família deve ser o sustentáculo para que o indivíduo possa prosseguir dentro de seus propósitos, profissionais e pessoais de maneira saudável, nos aspectos físicos e emocionais.

Com isto, conclui-se que principalmente em relação às travas/freios morais, devemos fazer uma correlação, com os pontos já trabalhados anteriormente, sejam eles família, educação e religião.

Junto com a família estão inter-relacionados a educação, seja ela formal e familiar e por final a educação religiosa, formal ou familiar.

A família por exercer função importante na vida do indivíduo é o grande sustentáculo do indivíduo e sua principal trava/freio moral, sendo responsável pela transmissão dos caracteres físicos e também pelos aspectos emocionais. Pois carrega-se isto para o resto de suas vidas, tudo o que foi transmitido dentro do ambiente familiar. Os acertos devem ser aperfeiçoados e com os erros aprende-se a se estruturar para fazer a diferença, objetivando o acerto.

5 METODOLOGIA

5.1 MÉTODO

O método utilizado para o desenvolvimento do trabalho Técnico-Científico, foi o hipotético indutivo-dedutivo com trabalho de campo e elaboração de questionário.

5.2 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa adotada foi a do tipo descritiva, documental, bibliográfica e de campo.

A pesquisa de natureza quantitativa, com o objetivo de colher dados e subsídios necessários para a solução do problema apresentado, foi realizada com o público interno e que participou efetivamente de confronto(s) armado(s).

5.3 PÚBLICO ALVO

Abrangeu os policiais-militares que entraram em confronto armado na região de abrangência do 19º Batalhão de Polícia Militar, localizado com sede no município de Toledo, PR, com circunscrição em outros 19 municípios.

5.4 AMOSTRA

Elaborou-se questionário, com 06 (seis) questões fechadas (direcionadas ao tema proposto), cujo qual foi encaminhado a 32 (trinta e dois) dos 43 (quarenta e três) policiais-militares da área de abrangência do 19º Batalhão de Polícia Militar que entraram em confronto armado, no período pesquisado. 11 (onze) questionários destinados aos outros policiais deixaram de ser enviados pelo fato de que estes foram transferidos para outras Unidades da PMPR.

5.5 INSTRUMENTO

Aplicação de questionário ao público alvo:

Questionário com 06 (seis) questões, sendo elas alternativas com justificativas

5.6 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

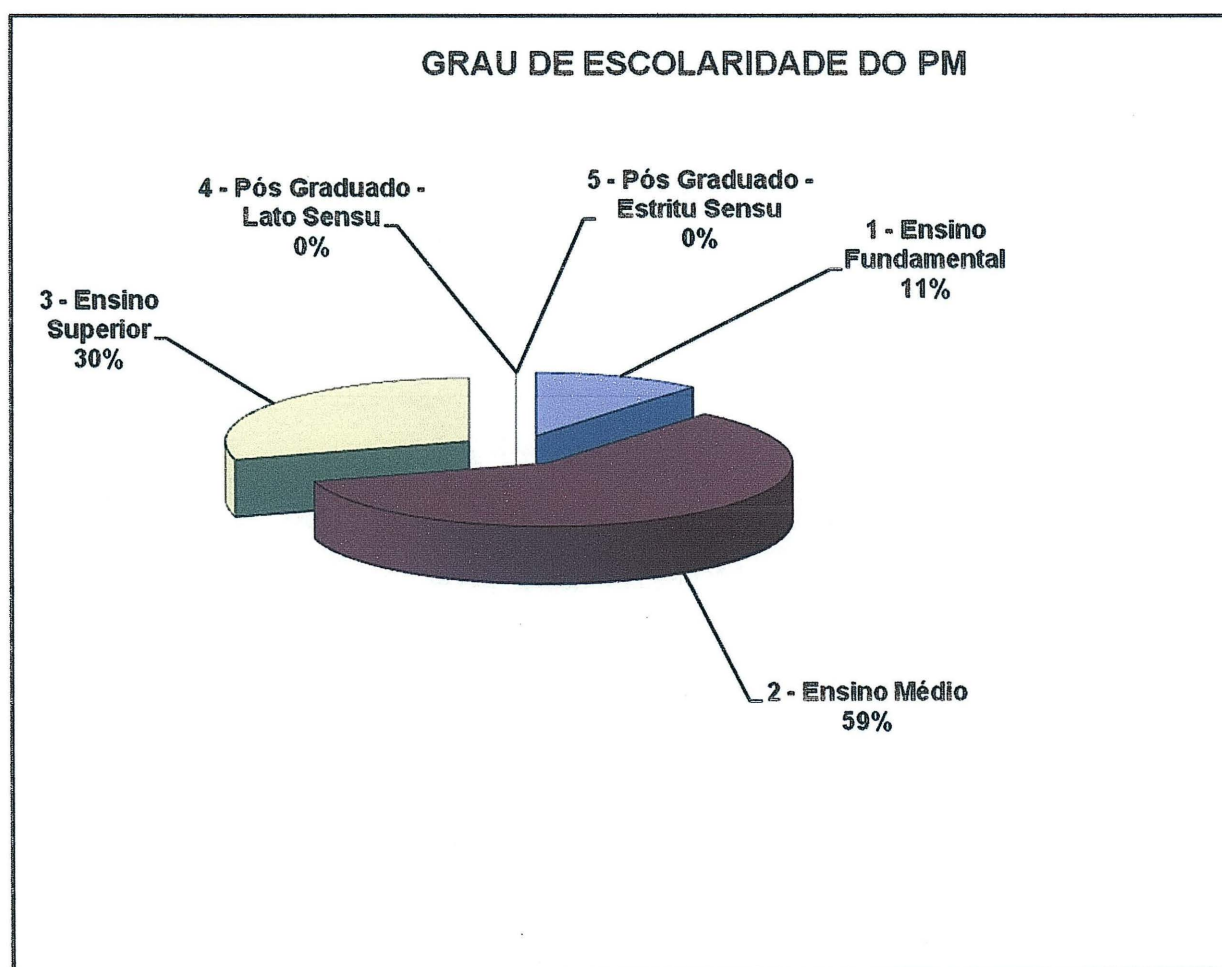
Os questionários foram entregues pessoalmente pelos Comandantes diretos de cada um dos policiais-militares, uma vez que estes estavam alocados em diferentes municípios da circunscrição do 19º BPM.

Os questionários foram devolvidos pelos policiais-militares aos seus comandantes, os quais encaminharam a este autor.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Tabela 01 – Qual o grau de escolaridade dos entrevistados

1 - Ensino Fundamental	3	11%
2 - Ensino Médio	16	59%
3 - Ensino Superior	8	30%
4 - Pós Graduação - Lato Sensu	0	0%
5 - Pós Graduação - Estritu Sensu	0	0%
TOTAL	27	100%



Fonte: Pesquisa do autor, 2009.

Esta pesquisa demonstra que a maioria do público alvo entrevistado, ou seja os policiais-militares que entraram em confrontos armados no período pesquisado, tem o ensino médio, ou seja, 59% dos policiais-militares completaram os estudos relativos ao ensino médio, o antigo 2º grau. Mas aqui demonstra também que uma

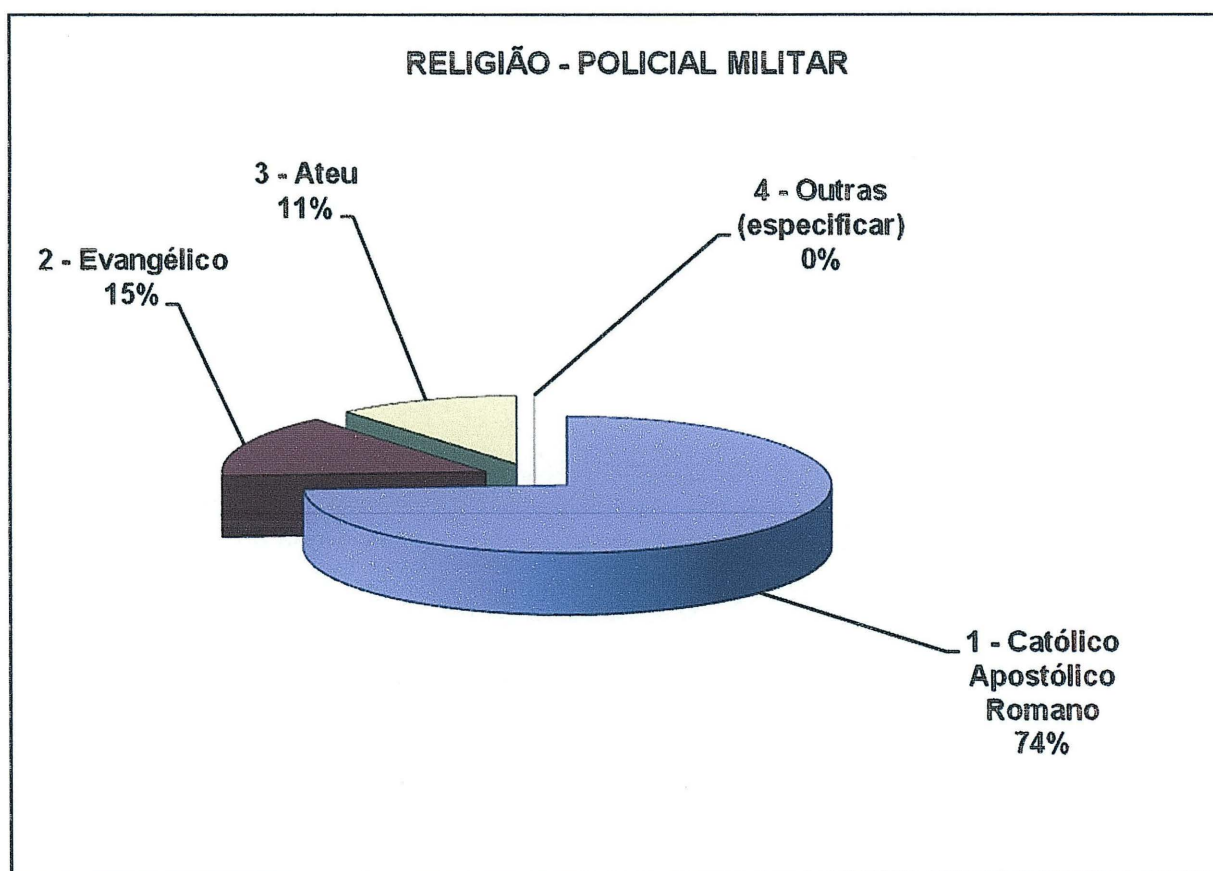
boa parcela destes homens, ou seja 30% deles possuem ensino superior, por já terem concluído uma faculdade/universidade, sendo que nenhum destes possui uma especialização superior. E apenas 11% dos entrevistados concluíram o ensino fundamental, o antigo 1º grau.

Aqui é demonstrada uma das travas morais, a trava do ensino formal fornecido aos policiais-militares.

Assim sendo, é observado que a grande maioria dos policiais-militares, 89% destes, tem um ensino formal de qualidade significativa e de alta compreensão das coisas, não menosprezando os do ensino fundamental, mesmo porque são homens mais maduros e antigos do serviço policial, com mais de 25 anos de serviços prestados junto à corporação, sendo que estes suprem a deficiência escolar formal pela aprendizagem informal, ou seja na experiência de vida e profissional dos mesmos, o que os torna tão capacitados quanto os demais.

Tabela 02 – Qual o grau de religiosidade dos entrevistados

1 - Católico Apostólico Romano	20	74%
2 - Evangélico	4	15%
3 - Ateu	3	11%
4 - Outras (especificar)	0	0%
TOTAL	27	100%



Fonte: Pesquisa do autor, 2009.

Verifica-se com a pesquisa também que o policial-militar possui uma base religiosa sólida, sendo visto que 89% têm uma base monoteísta, baseada no Cristianismo.

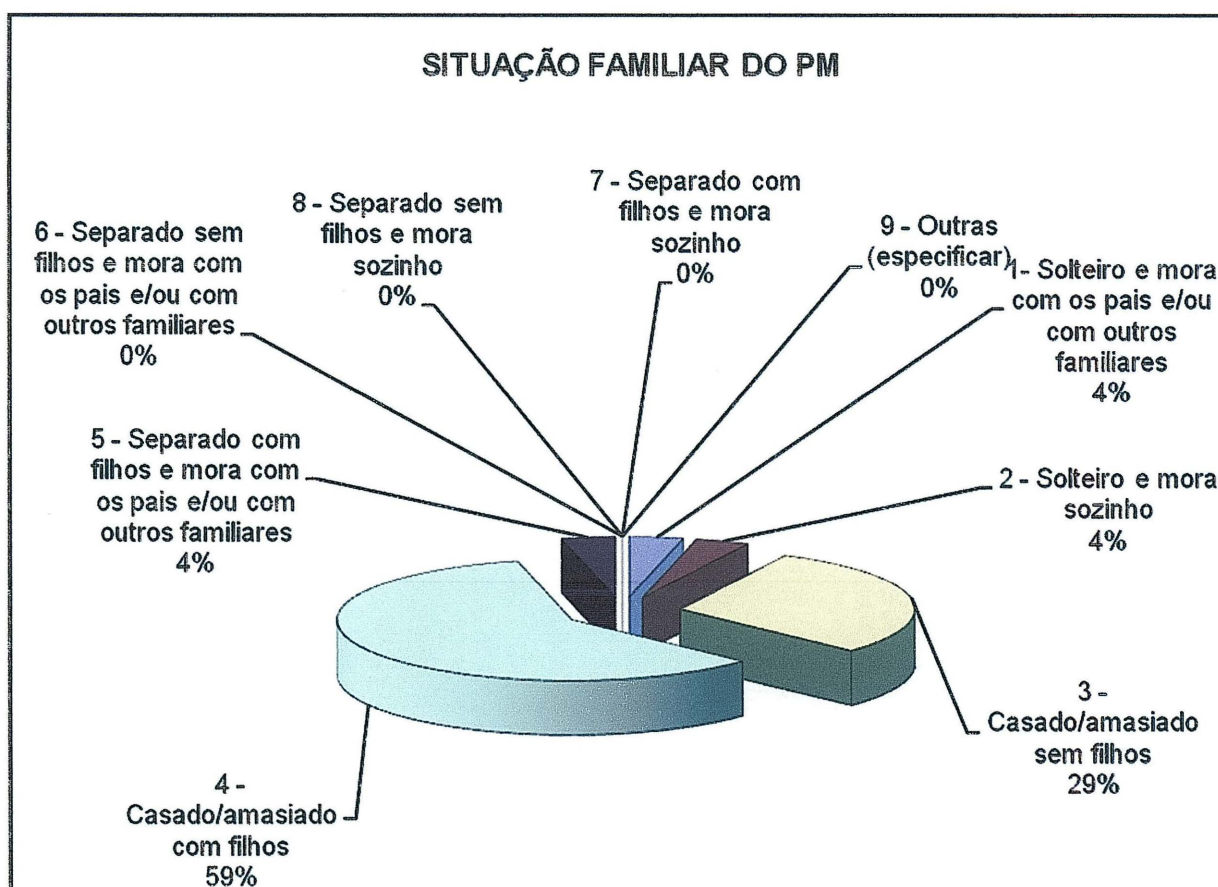
Sendo esta uma trava moral baseada nos ensinamentos informais familiares, os vínculos familiares são praticados e transmitidos de pais para filhos, havendo, sendo que esta educação informal familiar, chegou até mesmo ser fortalecida nos ensinamentos formais das antigas grades curriculares escolares. É conhecido que

atualmente esta prática de ensino foi suprimida do ensino público em geral, porém alguns estabelecimentos escolares, principalmente os mantidos por instituições religiosas, ainda mantêm em sua grade curricular uma educação religiosa formal, havendo casos em alguns estabelecimentos escolares municipais mantêm tal prática.

Assim sendo, 74% dos entrevistados são Católicos Apostólicos Romanos e 15% são Evangélicos Cristãos. O que chamou a atenção foi que 11% dos entrevistados revelaram-se Ateus, não tendo um princípio criador ou religião praticada por estes.

Tabela 03 – Qual a situação familiar dos entrevistados

1- Solteiro e mora com os pais e/ou com outros familiares	1	4%
2 - Solteiro e mora sozinho	1	4%
3 - Casado/amasiado sem filhos	8	30%
4 - Casado/amasiado com filhos	16	59%
5 - Separado com filhos e mora com os pais e/ou com outros familiares	1	4%
6 - Separado sem filhos e mora com os pais e/ou com outros familiares	0	0%
7 - Separado com filhos e mora sozinho	0	0%
8 - Separado sem filhos e mora sozinho	0	0%
9 - Outras (especificar)	0	0%
TOTAL	27	100%



Fonte: Pesquisa do autor, 2009.

Nestas respostas obtidas no questionamento sobre a formação familiar do entrevistado é observado que 88% dos entrevistados constituíram família própria, ou seja, são casados, sendo que esta classe se divide em com filhos e sem filhos; assim sendo, 58% dos entrevistados são casados e possuem filhos, e 30% são

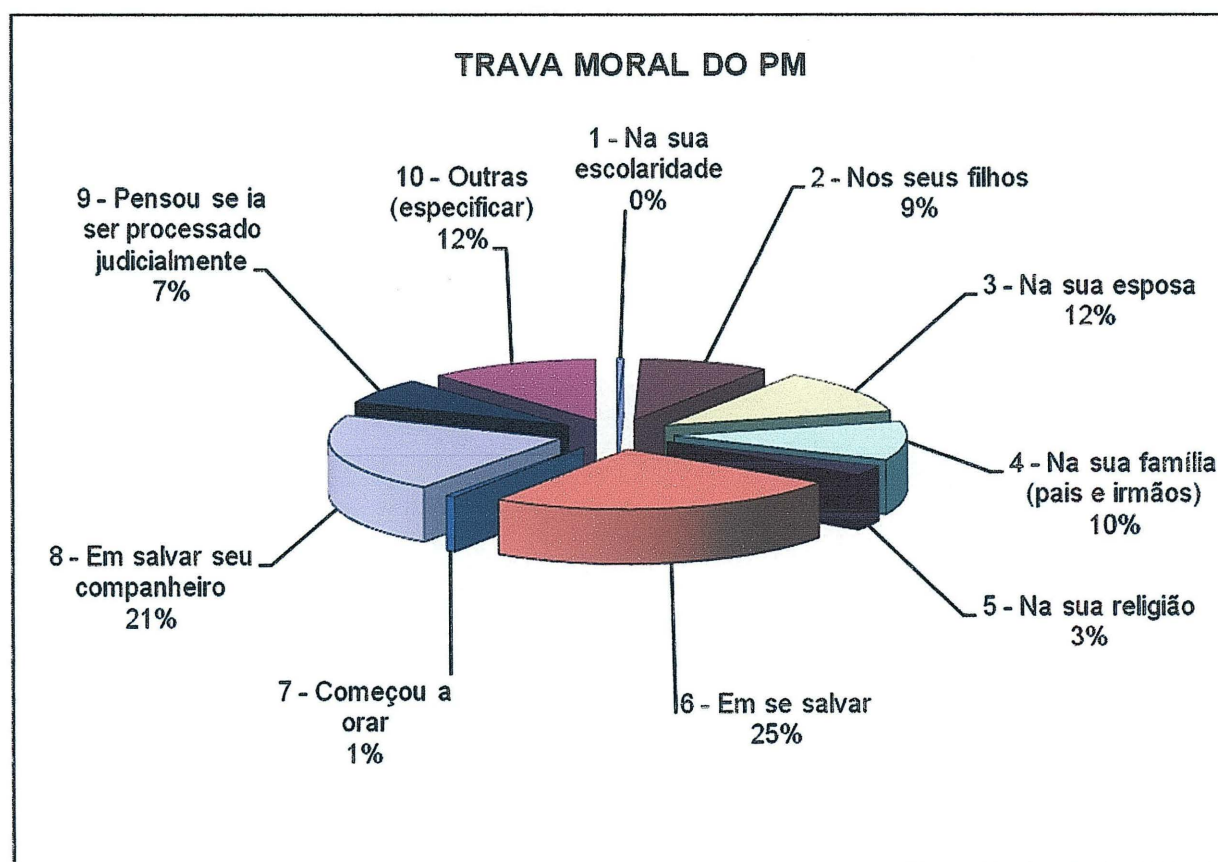
apenas casados. Foi observado que 8% do público alvo é solteiro, e que metade destes mora sozinho e a outra metade mora com algum parente. Foi obtida a informação também que 4% dos entrevistados são separados da esposa e moram com parentes.

Esta informação é interessantíssima, pois a grande maioria constituiu núcleo familiar próprio, sendo que apenas um vive sem a presença de familiares. Sendo assim, são pessoas mantenedoras da presença familiar junto de si. Dados estes que vão ser confrontados mais adiante, quando do processo decisório e das travas morais, em que se observa que a família é o grande freio do policial.

A família é a base da educação informal, pois é nela que o indivíduo nasce, cresce e vão sendo sedimentadas as bases de sua educação moral, religiosa, dentre outros aspectos que fazem parte de seu desenvolvimento bio-psico-social,

Tabela 04 – Quais são as travas/freios morais dos entrevistados

1 - Na sua escolaridade	4	0%
2 - Nos seus filhos	81	9%
3 - Na sua esposa	106	12%
4 - Na sua família (pais e irmãos)	95	11%
5 - Na sua religião	25	3%
6 - Em se salvar	222	25%
7 - Começou a orar	6	1%
8 - Em salvar seu companheiro	192	21%
9 - Pensou se ia ser processado judicialmente	61	7%
10 - Outras (especificar)	106	12%
TOTAL	898	100%



Fonte: Pesquisa do autor, 2009.

Esta pergunta demonstra quais são as travas/freios morais dos entrevistados, pois é por meio dos seus pensamentos que podemos observar o que se passa na cabeça dos policiais naquele momento único de suas vidas. A proximidade das

sombras terríveis da morte assusta qualquer um, mesmo aqueles que são preparados e treinados para enfrentar os perigos dos confrontos armados. Temos que abrir um parêntese aqui, pois o treinamento oferecido a estes homens limita-se à preparação técnica de abordagens e ao uso de armas, e não à preparação psicológica para o enfrentamento com uso de força letal e suas conseqüências subseqüentes.

Aqui, neste dado é observado que 45% dos entrevistados pensam em salvar seu companheiro e se salvar; o que por si só é visto como um mecanismo de auto-defesa, mas este é um dado muito interessante, pois se compara aos dos veteranos combatentes de guerras, assim o homem que luta uma guerra, luta por si e pelos seus Irmãos de armas, mostrando a união em prol da sobrevivência destes homens que vivenciaram os horrores do combate. Conforme mostrado no corpo do trabalho,, no referencial teórico, baseado nas pesquisas bibliográficas apresentadas.

Aqui se comprova que quase 60% dos entrevistados sofrem de imediato um trauma psicológico, o medo da morte é amplificado ao extremo, pois combinado com os 12% de outros pensamentos, parte destes se refere à neutralização do oponente no momento do confronto, uma mescla da educação formal dos bancos escolares de formação policial e do instinto de sobrevivência destes homens, educação informal.

Porém, o dado mais interessante no tocante às travas morais surge então o dado de que 32% dos que estiveram em confrontos armados pensaram na família inicialmente, sendo esta o primeiro freio moral do homem. Numa seqüência de pensamentos 12% pensaram na esposa; 11% pensaram nos pais e irmãos e 9% pensaram nos filhos.

Este dado demonstra o quanto a família é importante para o policial, considerando o momento da decisão de usar ou não uma arma de fogo.

Num segundo plano é visto que 7% dos entrevistados se preocuparam com as questões jurídicas do fato, sendo este um segundo freio moral se combinado com o quase 1% da educação formal, que teve uma única menção em toda a pesquisa coletada. Bem como os 12% de outros pensamentos em sua grande maioria se refere a questões de educação formal quanto ao treinamento recebido à vontade de incapacitar o oponente, impedindo-o de lograr êxito contra a justiça.

Assim sendo, conclui-se que algo em torno de 20% dos entrevistados têm como trava moral a educação formal obtida nos bancos escolares e policiais.

Além do que é percebido na pesquisa que 3% dos entrevistados pensaram na sua religião e 1% começou a orar, formando assim um vínculo com a educação informal familiar e a educação formal dos bancos escolares, no tocante à religiosidade dos entrevistados. Pode-se dizer que a religião é uma terceira trava moral.

Concluindo esta análise de dados, é correto afirmar que as travas/freios morais dos policiais-militares que se envolveram em confrontos armados são diretamente proporcionais, sendo a sua primazia liderada pela educação, seja ela formal ou informal, pois as três travas/freios morais se inter-relacionam diretamente no âmago dos policiais-militares.

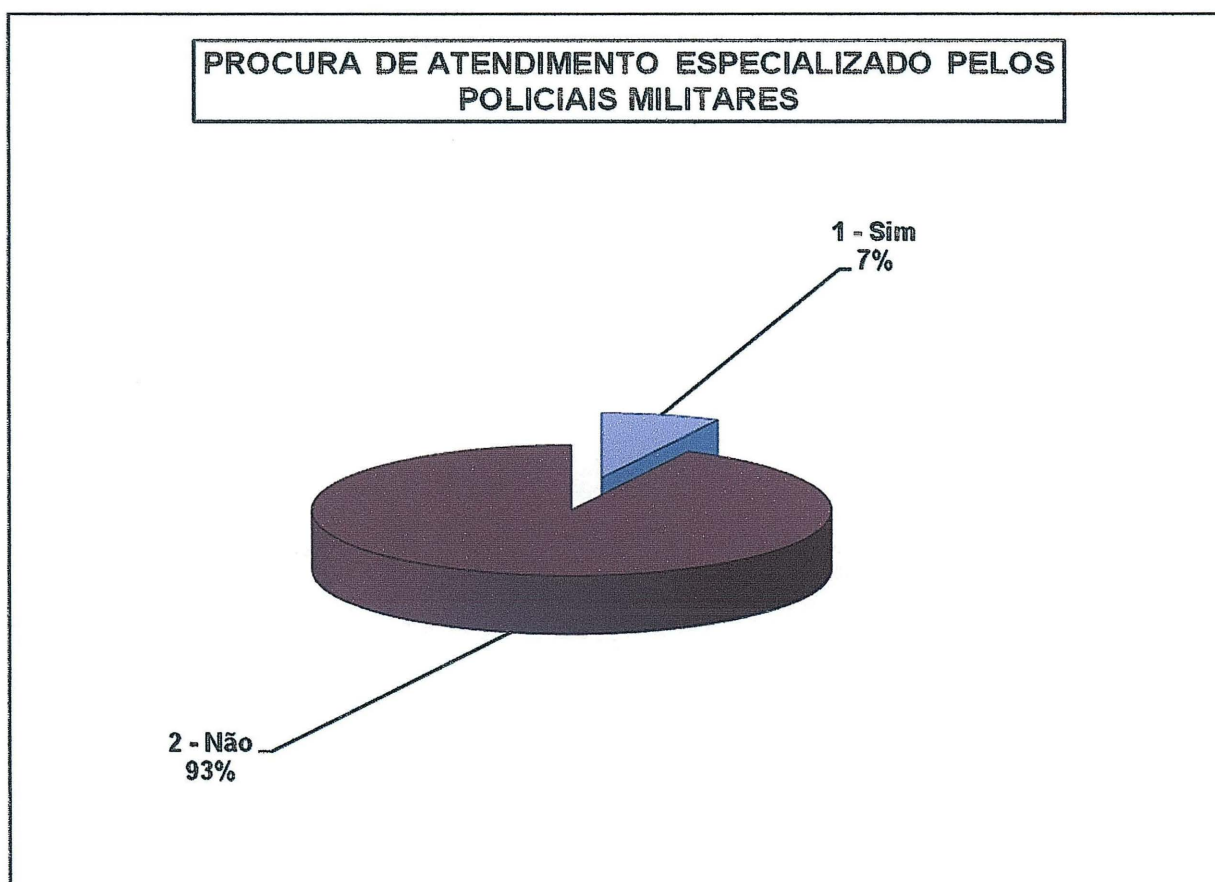
Mas é correto afirmar que os sentimentos pessoais, aqui postos como o amor familiar e o amor filial não devem ser desconsiderados, pois sozinhos aparecem em como 32% dos primeiros pensamentos destas pessoas.

De uma forma seca e geral conclui-se que as travas morais, na sua sequência de dados obtidos, são:

1. FAMÍLIA;
2. EDUCAÇÃO;
3. RELIGIÃO.

Tabela 05 – Qual o tratamento de saúde especializado procurado pelo policial

1 - Sim	2	7%
2 - Não	25	93%
TOTAL	27	100%



Fonte: Pesquisa do autor, 2009.

Vemos aqui a grande maioria dos policiais-militares, 93% não procuraram tratamento especializado na área de saúde mental, mesmo sabendo-se que entre eles ocorreu caso de policial ferido.

Apenas 7% dos policiais-militares procuraram tratamento especializado, sendo que conforme a pesquisa levantou, ocorreram transtornos de humor afetivo, isolado, persistente, recorrente de emoções. Além de Estresse pós-trauma.

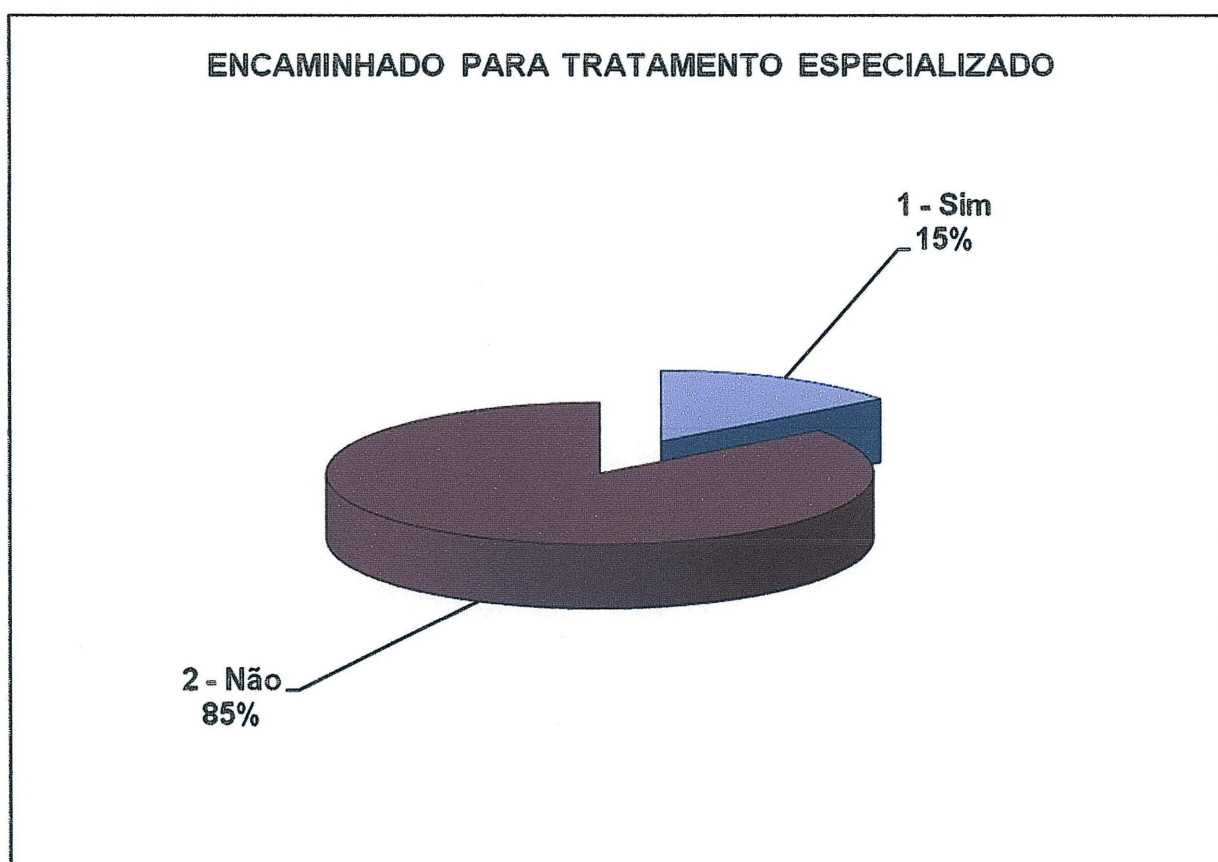
Aqui fica muito bem evidenciada a resistência do público interno em procurar o atendimento especializado. Vários são os motivos, desde a própria auto-estima, o medo de ser taxado de “maluco”, no jargão policial de “021”, como também pelas

dificuldades apresentadas, uma pela questão financeira, pois é de elevado custo o tratamento médico especializado (psiquiatria) e de médio custo o de psicologia.

Vale ressaltar que a disponibilidade pública é uma solução, porém ela só é fornecida com muita persistência, o que às vezes é barrado pelo medo de exposição junto à sociedade e aos companheiros de serviço, bem como o serviço oferecido pela instituição Polícia Militar além de ser de difícil acesso aos homens do interior do Estado, justamente por causa das distâncias e pela quebra do vínculo familiar, forte mantenedor do bem-estar moral do policial.

Tabela 06 – Qual o tratamento de saúde especializado que o policial foi encaminhado

1 - Sim	4	15%
2 - Não	23	85%
TOTAL	27	100%



Fonte: Pesquisa do autor, 2009.

É observado aqui, também, que a maioria dos policiais-militares, 85% não foram encaminhados para tratamento especializado na área de saúde mental, de forma preventiva, mesmo sabendo-se que entre eles ocorreu caso de policial ferido.

Porém, 15% dos policiais-militares foram encaminhados para tratamento especializado, mas conforme a pesquisa levantou, um dos casos encaminhados o policial ainda está em tratamento, uma vez que após encaminhamento e tratamento, foi liberado, porém voltou a procurar o profissional por conta própria, uma vez que houve novo confronto armado envolvendo.

Num caso recente, três envolvidos num mesmo conflito foram encaminhados e segundo estes nada foi constatado de anormal, porém é sabido que os danos a que estas pessoas foram submetidas podem demorar até cinco anos para aparecer os primeiros sintomas.

Esclarece-se que há uma resistência dos policiais-militares quanto ao encaminhamento, uma vez que por se sentirem “imortais” a certos tipos de “frescuras” acreditam que não sofreram nada em seu psique, num primeiro momento.

8 CONCLUSÃO

Depois de analisados os dados pesquisados e feitos os comparativos com o atual sistema de saúde se percebe que existe uma certa deficiência da instituição e do público alvo (pessoal interno) desta, quando da forma de encaminhamento ou procura deste sistema.

Dos 43 (quarenta e três) policiais que se envolveram em confrontos armados na área do 19º BPM, nos anos de 2007, 2008 e 2009, 11 (onze) policiais-militares foram transferidos para outras unidades da PMPR.

Assim sendo, foram encaminhados 32 (trinta e dois) questionários, onde 27 (vinte e sete) policiais-militares responderam ao questionário e destes apenas 04 (quatro) foram encaminhados para o serviço de saúde oferecido pela PMPR, além do que apenas 02 (dois) procuraram por conta algum tipo de ajuda, 01 (um) no sistema privado e 01 (um) no sistema público ofertado pela PM, sendo que o mesmo também procurou ajuda no sistema privado.

Estes fatos contribuem para uma série de imagens distorcidas do policial que está atuando na linha de frente do serviço operacional, assim a grande parte dos policiais desconhece os efeitos psicofísicos do estresse do antes, do durante e do pós-trauma, contribuindo aí para duas situações, a primeira, a cultura de que quem procura socorro/auxílio com um profissional de saúde é um fraco perante seus superiores, companheiros e subordinados de serviço.

Segundo, que o policial que apresenta problemas físico/mentais decorrentes de fatores desse estresse enfrentado é visto por alguns de seus superiores e pares, que normalmente nunca vivenciaram a experiência traumática de ter que fazer uso de força letal, como uma pessoa despreparada e que quer fugir do serviço e de suas responsabilidades.

Para que ocorram mudanças significativas deste quadro, faz-se necessário que sejam quebrados paradigmas, que haja uma mudança de cultura interna, incentivando-se toda a comunidade miliciana a participar de programas de saúde preventivas, devidamente oferecidos, divulgados, acessíveis e apoiados pela instituição PMPR e pelo Estado.

Observa-se que grande parte dos entrevistados é de base religiosa cristã, que possui boa cultura formal e tem base sólida familiar, sendo estes as três grandes

travas/freios morais do policial, inversamente apresentados. Assim sendo, os fatores reconhecidos aqui como TRAVAS MORAIS e que seguram o policial no momento único que é um confronto armado são respectivamente do maior para o menor: FAMÍLIA, EDUCAÇÃO e RELIGIÃO.

Por mais que um policial militar atue diuturnamente em seus serviços diários, atendendo corretamente a população é notoriamente sabido que seu trabalho não é devidamente reconhecido pela comunidade, pois ela quer um policial que prenda ou mate o marginal, desde que este não seja de sua família, sendo muitas vezes criticados por eventuais falhas que ocorram.

Observou-se pela pesquisa um aspecto negativo para a Polícia Militar, pois é notado que há um certo desconhecimento ou melhor, um certo preconceito para com os serviços de saúde mental oferecidos pela PMPR aos seus efetivos. Pois nem superiores encaminham seus homens ao sistema ofertado, talvez por medo e preocupação de perder mais um de seus colaboradores, decorrente do já defasado efetivo a sua disposição e nem estes homens e mulheres procuram os serviços, por motivos de foro íntimo e pelas distâncias, causando aí um maior vazio afetivo e de proteção no tocante a se separar da família, grande sustentáculo destas pessoas.

Isto, provavelmente pela distância em que estes programas se encontram, uma vez que são ofertados apenas na capital do Estado, estando distante dos homens e mulheres que trabalham no interior. É importante aceitar as diferenças e as singularidades individuais, cada pessoa tem seu jeito de viver, inclusive com seus mecanismos para resolver as dificuldades apresentadas ou enfrentadas e não nos cabe, de fora da situação julgar se uma maneira é melhor ou pior que a outra.

Assim, pode-se dizer que não há ou existe um modelo de atendimento saúde mental satisfatório ofertado aos milicianos e estes necessitam sim de acompanhamento especializado na área de saúde mental.

PROPOSTAS DERIVADAS DO ESTUDO

Das conclusões obtidas neste TCC, apresentam-se as seguintes propostas:

- 1) Aumentar a divulgação das atividades já desenvolvidas pela PMPR no tocante à saúde mental dos policiais militares, por meio de visitas e palestras do

corpo técnico deste serviço junto às Unidades Policiais interiorizadas, atingindo aí toda a estrutura piramidal da OPM e seus familiares.

2) Desenvolver um estudo de EM para a implantação de Unidades Básicas de Saúde Mental, nas sedes dos Batalhões PM e Grupamentos BM, com corpo de profissionais suficiente e competentes para o atendimento do público interno e seus familiares.

3) Que sejam buscados urgentemente recursos humanos para completar os vazios existentes de efetivos dos Quadros Organizacionais das Unidades Operacionais, tanto do efetivo operacional, quanto do corpo de saúde existente nestes Quadros.

4) Elaborar campanha de conscientização e valorização constante do policial-militar, para que ele atue sempre motivado, mesmo sobre as dificuldades e intempéries do serviço operacional e da organização. Para que ocorram mudanças significativas deste quadro, quebrando-se paradigmas, e iniciando uma mudança de cultura interna, incentivando-se toda a família miliciana a participar de programas de saúde preventivas, devidamente oferecidos, acessíveis e apoiados pela instituição PMPR e pelo Estado do Paraná.

Concluindo o trabalho, cito na página seguinte a senhora Julita Zan, membro integrante do Coral Cênico de Saúde Mental, da Secretaria de Saúde do Município de São Paulo, que no poema "Ser Diferente", traduz o que vem ao encontro do trabalho desenvolvido. Não é porque se necessita de auxílio em determinada área, que as pessoas devem se sentir menores que os outros e sim sentirem-se felizes em ter outras pessoas que possam as auxiliar nos momentos de angústia e ansiedade.

SER DIFERENTE

Ser diferente
 É ser gente
 Que pensa com a mente
 Que faz e não desmente
 No que faz é crente.
 Ser diferente é não ser indolente
 Triste ou contente
 É ser velho, adolescente, triste ou contente.
 É gente que trabalha, produz
 Que é inválido e não se introduz
 No meio capitalista, machista ou feminista.
 Ser diferente é ser gente de coragem
 Que faz que age
 Sem se preocupar com a imagem.
 Ser diferente é ser consciente
 Das dificuldades, dos limites
 Dos sonhos realizar o que permite
 Concretizar, firmar, conter, crescer, viver.
 Ser diferente é mexer no ponto fraco
 Daquele ser dormente
 Dos políticos, docentes e dos que
 Se dizem inteligentes.
 Ser diferente é ser tolerante com o companheiro errante
 E o entendendo leva a relação adiante.

Juliita Zan¹²

¹² Extraído de “O vôo das Borboletas”, publicado pela Prefeitura de São Paulo, 1994.p.179.

REFERÊNCIAS CITADAS

AMBROSE, Stephen E. **Band of Brothers (Companhia de Heróis)**: Companhia E, 506º RIP, 101ª DIA, Da Normandia ao Ninho da Águia de Hitler. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

AMBROSE, Stephen E. **Soldados Cidadãos**: do desembarque do exército americano nas praias da Normandia à batalha das Ardenas e a rendição da Alemanha, 7 de junho de 1944 a 7 de maio de 1945. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

AMORIM, Carlos. **CV-PCC**: a irmandade do crime. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BARCELLOS, Caco. **Abusado – o dono do morro dona marta**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BLUNT, James. **Same Mistake**. London, UK: Gravadora Warner Music, 2007, Piano. Disponível em <<http://samemistake.traduzidas.jamesblunt.letrasdemusicas.com.br/>> Acesso em: 11/09/2009.

BOCK, Ana Mercês Bahia, [et al]. **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 1.001, de 21 de outubro de 1969. **Código Penal Militar**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**, 8 ed., Volume II, parte especial. São Paulo: Saraiva, 2008.

CAVALIM, Cap. QOPM João Cavalim de Lima. **Estresse policial**. Curitiba: Associação da Vila Militar – AVM – Publicações Técnicas, Volume VII, 2002.

ÉLIO, Cap. QOPM Élio de Oliveira Manoel. **Policiamento ostensivo, com ênfase no processo motorizado**. Curitiba: Optagraf, 2004.

ERIKSON, Erik H. **Infância e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

ÊXODO. Português. In: **Bíblia Sagrada**. Trad. João Ferreira de Almeida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969. Cap. 20, p.39.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRONROOS, Cristian. **Marketing gerenciamento e serviços**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

KARDEC, Allan. **O livro dos espíritos: filosofia espiritualista**. 47 ed. São Paulo: LAKE, 1988.

MARIGHELA, Carlos. Pequeno manual do guerrilheiro urbano. DHnet - Rede de Direitos Humanos & Cultura. Disponível em: <www.dhnet.org.br/dados/livros/memoria/mundo/marigue.htm>. Acesso em: 12/03/2008.

MULHERES, AS. Poturguês. In: **O Alcorão**. Trad. Mansour Challita. Rio de Janeiro: Edição da Associação Cultural Internacional Gibran: Record, 2002, Súra 4, p. 71.

SOUZA, Percival de. **O sindicato do crime: PCC e outros grupos**. São Paulo: Ediouro, 2006.

TRAVA; TRAVAR; FREIO e MORAL. In: **Moderno Dicionário Enciclopédico Brasileiro**. 9 ed. Curitiba: Educacional Brasileira, 1984.

VALLA, Cel. PM RR Wilson Odirley, **Deontologia Policial-Militar II**, 2 ed., Associação da Vila Militar – AVM – Publicações Técnicas, 2000.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

AMBROSE, Stephen E. **Azul Sem Fim: os homens e rapazes que conduziram os B-24 aos céus da Alemanha nazista**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

AMBROSE, Stephen E. **O Dia D, 6 de Junho de 1944: a batalha culminante da segunda grande guerra**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ASSIS, Jorge César de. **Direito militar – aspectos penais, processuais penais e administrativos**. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2007.

ASSIS, Jorge César de. **Curso de direito disciplinar militar: da simples transgressão ao processo administrativo**. Curitiba: Juruá, 2007.

ASSIS, Jorge César de. **Código de processo penal militar anotado – artigos 1º a 169**. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2008.

ASSIS, Jorge César de. **Código de processo penal militar anotado – 2º volume (artigos 170 a 383)**. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2008.

ASSIS, Jorge César de. **Comentários ao Código Penal Militar: comentários – doutrinas – jurisprudência dos tribunais militares e tribunais superiores**. 6 ed. Curitiba: Juruá, 2008.

BARCELLOS, Caco. **ROTA 66**. 37 ed. São Paulo: Globo, 2002.

BOARINI, Maria Lúcia, [et al]. **Desafios na atenção a saúde mental**. Maringá: Eduem, 2000.

BONDARUK, Roberson Luiz [et al]. **Polícia comunitária, polícia cidadã para um povo cidadão**. Curitiba: Comunicare, 2003.

BOWDEN, Mark. **Falcão negro em perigo: A História de Uma Guerra Moderna**. São Paulo: Landscape, 2001.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. 28 ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

CASOY, Ilana. **Serial killer; louco ou cruel**. São Paulo: WVC, 2002.

CAVALIM, Cap. QOPM João Cavallim de Lima. **Atividade policial e o confronto armado**. Curitiba: Juruá Editora, 2007.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da guerra**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DELMANTO, Celso [et al]. **Código penal comentado**. 4 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O Cidadão de Papel**. 2 ed. Atualizada. São Paulo: Ática, 1999.

DSM-IV – **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Trad. Dayse Batista; - 4 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ELLIS, Ralph. **As chaves de Salomão: o falcão de Sabá: a redescoberta das tumbas do rei Davi, do Rei Salomão, de Hiram Habif e da Rainha de Sabá**. São Paulo: Madras, 2004.

FERNANDES, Newton [et al]. **Criminologia integrada**. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

FIORINI, Héctor J. **Teoria e técnica de psicoterapias**. 10 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GAARDER, Jostein [et al]. **O livro das religiões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GARRET, Waldick A. A. **Manuscritos de sangue: 13 contos de suspense, mistério e terror**. Osasco: Novo Século, 2006.

GONZAGA, Maria Tereza Claro [et al]. **A cidadania por um fio: a luta pela inclusão dos apenados na sociedade**. Maringá: Dental Press, 2002.

HANEY, Eric L. **Força Delta – por dentro da tropa antiterrorista americana**. São Paulo: Landscape, 2003.

HAWKING, Stephen. **O universo numa casca de noz**. 6 ed. São Paulo: Arx, 2002.

JAYSON, Malcolm. **Guia de saúde familiar: stress**. São Paulo: Grupo de Comunicação Três S.A., 2001.

KARDEC, Allan. **O livro dos médiuns**. Trad. Dr. Guillon Ribeiro. 56 ed. Rio de Janeiro: Oficinas do Departamento Gráfico da Força Expedicionária Brasileira - FEB, 1944.

LIMA, Mirian Assumpção e. **A Major da PM que tirou a farda**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MCKENZIE, Kwame. **Guia de saúde familiar: Depressão**. São Paulo: Grupo de Comunicação Três S.A., 2001.

MEDEIROS, Norah. **Manual de psicologia criminal**. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar da PMMG, 1987.

MIRABETE, Julio Fabbrini Mirabete. **Manual de direito penal – parte geral – arts. 1º a 120 do CP**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MOHANA, João. **O Mundo e eu**. 6 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1976.

MOLINA, Antonio Garcia-Pablos de [et al]. **Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos: introdução às bases criminológicas da Lei 9.099/95**. 4 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

PARANÁ. **Código da Polícia Militar do Paraná**, Lei nº. 1.943, 23 de junho de 1954.

PRATT, George [et al]. **Às inimigo: um poema de guerra**. São Paulo: Abril Jovem, 1995.

PRESSFIELD, Steven. **Portões de fogo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, **CID-10/OMS**. Tradução Centro Colaborador da OMS para a classificação de doenças em português. 8 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SENAC.DN, **Enfermagem em saúde mental**. Rio de Janeiro: SENAC, 1996.

SOARES, Luiz Eduardo [et al]. **Elite da tropa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

SPINK, Mary Jane P. **Psicologia social e saúde; práticas, saberes e sentidos**. Petrópolis: Vozes, 2003.

STREY, Marlene Neves [et al]. **Psicologia social contemporânea**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

TROJANOWICZ, Robert [et al]. **Policiamento comunitário: como começar**. 2 ed. São Paulo: Parma, 1999.

TZU, Sun. **A arte da guerra**. Adap. James Clavell. 16 ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

TZU, Sun. **A arte da guerra II – os documentos perdidos**. Adap. Thomas Cleary; 16 ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

WEIL, Pierre, (Dr.). **Relações humanas na família e no trabalho**. 45 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

YAMAMOTO, Tsunetomo. **Hagakure: o livro do samurai**. São Paulo: Conrad, 2004.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DISTRIBUIDO AO PÚBLICO INTERNO

Companheiro Policial-militar, esta pesquisa está sendo desenvolvida como parte do trabalho de conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, CAO 2008/09, em desenvolvimento na Academia Policial Militar do Guatupê – APMG, com parceria estabelecida com a Universidade Federal do Paraná – UFPR.

O Presente questionário visa obter respostas para levantamento de hipóteses sobre o processo decisório do policial militar no momento do confronto armado.

Todos os dados fornecidos serão tratados de forma sigilosa, com objetivos estritamente científicos e acadêmicos.

As questões que por algum motivo não ficarem claras ou restarem dúvidas devem ser deixadas sem respostas.

Informa-mos que a presente pesquisa servirá para subsidiar proposta de implantação de centros de atendimento e apoio psico-social nas unidades policiais-militares do interior do Estado do Paraná.

Após serem respondidos os questionários, os mesmos devem ser encaminhados para a sede do 19º Batalhão de Polícia Militar, na cidade de Toledo, PR, aos cuidados do Cap QOPM Christian Guilherme Goldoni, o qual agradece antecipadamente a colaboração prestada por vós.

QUESTIONÁRIO SOBRE AS TRAVAS MORAIS DO POLICIAL-MILITAR PERANTE CONFRONTOS ARMADOS: OS EFEITOS SOBRE A IMORTALIDADE DO POLICIAL, SEUS CONFLITOS PESSOAIS E FAMILIARES SOB A ÓTICA DAS EXCLUDENTES DE CRIMINALIDADE.

1) QUAL O SEU GRAU DE ESCOLARIDADE?

- ☐ – ENSINO FUNDAMENTAL
- ☐ – ENSINO MÉDIO
- ☐ – ENSINO SUPERIOR
- ☐ – PÓS GRADUADO - LATO SENSU
- ☐ – PÓS GRADUADO - ESTRITU SENSU

2) QUAL SUA RELIGIÃO?

- ☐ – CATÓLICO APOSTÓLICO ROMANO
- ☐ – EVANGÉLICO
- ☐ – ESPÍRITA KARDECISTA
- ☐ – OUTRAS (ESPECIFICAR) _____.

3) QUAL SUA SITUAÇÃO FAMILIAR?

- ☐ – SOLTEIRO E MORA COM OS PAIS E/OU COM OUTROS FAMILIARES
- ☐ – SOLTEIRO E MORA SOZINHO
- ☐ – CASADO/AMASIADO SEM FILHOS
- ☐ – CASADO/AMASIADO COM FILHOS
- ☐ – SEPARADO COM FILHOS E MORA COM OS PAIS E/OU COM OUTROS FAMILIARES
- ☐ – SEPARADO SEM FILHOS E MORA COM OS PAIS E/OU COM OUTROS FAMILIARES
- ☐ – SEPARADO COM FILHOS E MORA SOZINHO
- ☐ – SEPARADO SEM FILHOS E MORA SOZINHO
- ☐ – OUTRAS (ESPECIFICAR) _____.

4) NO MOMENTO DO CONFRONTO ARMADO, ENUMERE (A VONTADE E QUANTOS QUISER) QUAIS OS PENSAMENTOS VOCÊ TEVE POR ORDEM CRESCENTE DE LEMBRANÇA?

- ☐ – NA SUA ESCOLARIDADE
- ☐ – NOS SEUS FILHOS
- ☐ – NA SUA ESPOSA
- ☐ – NA SUA FAMÍLIA (PAIS E IRMÃOS)
- ☐ – NA SUA RELIGIÃO
- ☐ – COMEÇOU A ORAR
- ☐ – EM SE SALVAR
- ☐ – EM SALVAR SEU COMPANHEIRO
- ☐ – PENSOU SE IA SER PROCESSADO JUDICIALMENTE
- ☐ – OUTRAS (ESPECIFICAR) _____.

5) VOCÊ PROCUROU ALGUM TIPO DE TRATAMENTO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE SAÚDE MENTAL?

() – SIM

() – NÃO

SE VOCÊ RESPONDEU SIM, ESPECIFIQUE ONDE PROCUROU AUXÍLIO E QUAL O DIAGNÓSTICO.

R: _____
_____.

6) VOCÊ FOI ENCAMINHADO POR ALGUÉM PARA TRATAMENTO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE SAÚDE MENTAL?

() – SIM

() – NÃO

SE VOCÊ RESPONDEU SIM, ESPECIFIQUE QUEM O ENCAMINHOU PARA AUXÍLIO E QUAL O DIAGNÓSTICO.

R: _____
_____.

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!!!